



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2012	16h05min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 96ª
(NONAGÉSIMA SEXTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 24 DE OUTUBRO DE 2012.**

PRESIDENTE (DEPUTADO OLAIR FRANCISCO) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido a Deputada Luzia de Paula a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO OLAIR FRANCISCO) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO OLAIR FRANCISCO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 27ª Sessão Extraordinária;
- Ata da 95ª Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (DEPUTADO OLAIR FRANCISCO) – Dá-se início ao
PEQUENO EXPEDIENTE.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2012	16h05min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT/PRB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu trago a este plenário no dia de hoje, Deputada Arlete Sampaio, Deputado Evandro Garla, Deputado Wasny de Roure, Deputada Liliane Roriz, Deputada Luzia de Paula e Deputado Olair Francisco, que estão em plenário neste momento, preocupação a respeito de um fato grave que vem acontecendo no mundo, que é a chamada judicialização da política no mundo: os Parlamentos deixando de legislar.

O papel do Parlamento é legislar, e o papel do Judiciário é interpretar as leis, não é fazer leis. Portanto, invertem-se completamente os papéis, ou seja, o Judiciário agora, especialmente o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça, resolvem legislar. E, assim como quando havia a cláusula de barreiras e os partidos foram lá e derrubaram, estão agora para fazer com as coligações partidárias. Quer dizer, o Legislativo não legisla, e eles estão querendo legislar. E nós estamos num processo de agravamento desta situação.

O que mais me preocupa é que determinados partidos – exemplo do PSDB, que está se saindo muito mal nas eleições, e o Democratas, que foi praticamente varrido do mapa eleitoral brasileiro – resolvem, Deputada Arlete Sampaio, deixar o papel de protagonistas da política para baterem, a cada momento, às portas dos tribunais e do Ministério Público.

Eu vi uma nota hoje da *Agência Estado*, da jornalista Rose, dizendo que o Roberto Freire, o Agripino Maia e o Álvaro Dias estariam deixando concluir-se o tal do processo nº 470 para baterem às portas do Ministério Público e dos tribunais para tentar criminalizar o ex-Presidente Lula. Eu acho que esses senhores, que não têm o apoio da sociedade, que estão em extrema dificuldade em função de seus partidos, pela falta de representatividade perante a sociedade, teriam que pensar melhor esse gesto tresloucado de querer mexer com o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, porque mexer com o Lula não é mexer com o Lula. Tocar no Lula, o que eles não conseguirão, Deputado Dr. Michel, é tentar atacar o povo brasileiro, e o povo não vai ficar quieto, o povo não vai aceitar passivamente essa tentativa sórdida que eles fazem de querer criminalizar o Presidente Lula, o homem com a maior respeitabilidade da história deste país, respeitado interna e externamente. Hoje é o brasileiro com maior respeito na opinião pública internacional – em todos os segmentos da opinião pública. Portanto, eles que não ousem desafiar o poder de mobilização do Presidente Lula e o poder de mobilização dos movimentos sociais, mas, acima de tudo, do Partido dos Trabalhadores. Se eles querem uma guerra política neste país, terão, porque mexer com o Lula é mexer conosco, os militantes do movimento sindical, dos movimentos sociais e do Partido dos Trabalhadores. Portanto, que essa Direita carcomida, que não tem princípio, não tem proposta, não



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2012	16h05min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

tem o que falar para a Nação, não ouse querer mexer com o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Certamente terão o troco, se ousarem tocar a mão nesse homem, que é um símbolo de grandeza; esse homem, que é a dignidade em pessoa; esse homem, que foi moldado nas lutas e nas lides do povo brasileiro.

Portanto, aqui desta humilde tribuna, eu chamo a atenção deste país para esta atitude criminosa de partidos que não têm apoio, não têm voto e que tentam criminalizar a política brasileira.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Concedo o aparte à Deputada Arlete Sampaio, Líder do Governo nesta Casa e militante do nosso partido, o Partido dos Trabalhadores.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Deputado Chico Vigilante, eu quero acrescentar ao seu pronunciamento alguns elementos que corroboram a sua tese. Quem pôde assistir ontem ao *Jornal Nacional*, da *TV Globo*, pôde constatar de maneira absolutamente óbvia a parcialidade da matéria que foi produzida. Da mesma forma como o próprio Roberto Civita declarou à imprensa que ele ajudou a eleger o Fernando Collor e que depois, com vários exemplares da *Veja*, ele conseguiu derrubar o Fernando Collor – da mesma forma –, a *TV Globo* agiu ontem.

Foram mais de dez minutos, não contei quantos, de uma matéria que pinçava algumas declarações dos ministros do Supremo Tribunal Federal, absurdas. Não dá para comparar a vida do Genoino, a vida do Zé Dirceu, a vida do Delúbio Soares com a de meliantes, como ontem ficou abordado no *Jornal Nacional*. Então, eu espero – e tenho certeza disso – que o povo brasileiro já tenha se vacinado contra esse tipo de prática, esse tipo de aliança que há desde lá atrás, quando o Instituto Millenium reuniu em São Paulo os donos de jornais e disse: “Olha, gente, a Oposição está muito fraca, nós da imprensa temos que ajudar”. E é isso, novamente, que eles estão fazendo.

Recentemente, eu assisti pelas redes sociais a um depoimento do Ministro Marco Aurélio Mello, em que ele, entrevistado por um jornalista cujo nome eu esqueci agora, diz: “A ditadura militar foi um mal necessário”.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Foi o Kennedy Alencar.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Kennedy Alencar. E o Kennedy pergunta para ele: “Por quê? Temia-se um avanço do Comunismo no Brasil?” Ele falou assim: “Bem, antes que isso acontecesse, foi um mal necessário”. Então, fica evidente a ideologização desse processo e a tentativa de se usar uma instituição da importância do STF em casamento com a rede que procura criminalizar o nosso partido e que procura evitar a vitória do nosso partido nas eleições do próximo domingo nas capitais do Brasil. Eu tenho certeza de que o povo brasileiro vai dar uma resposta à altura, como já o fez no primeiro turno, fazendo que o PT crescesse 12% em relação



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2012	16h05min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

às prefeituras que tinha nas eleições anteriores, e, principalmente, tenho certeza de que o Partido dos Trabalhadores voltará a governar a cidade de São Paulo.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Eu agradeço o aparte de V.Exa. e o incorporo ao meu pronunciamento.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já há muito tempo nós temos assistido a um processo de tentativas de dilapidação de comprometimento da história e da trajetória do partido que, na caminhada da política brasileira, demonstrou ser um partido com profundas raízes no interior da população brasileira, um partido com forte intervenção e presença nos movimentos sociais, e, em particular, no movimento sindical. Ele criou a grande Central Única dos Trabalhadores; organizou o movimento sindical no Brasil; deu à Esquerda, no Ocidente, papel de principal porta-voz; e, na América Latina, vem sendo marco da diferença.

O Presidente Lula foi e é o grande patrimônio que o PT construiu ao longo dos anos. Isso naturalmente tem sido um incômodo aos meios de comunicação que usufruíram de práticas baseadas na ilicitude e que, para contemporizar o processo da ilicitude, tentam transferi-la ao Partido dos Trabalhadores, em particular a nomes que tiveram e têm história na vida política brasileira.

O que é deplorável, Deputado Chico Vigilante, é a omissão de muitos quadros da vida pública brasileira que conhecem a marca e a diferença que foi o PT e sabem dela. Não é porque o PT foi vitorioso em três disputas presidenciais e em várias disputas em governos estaduais e em municipais, mas é porque o Partido dos Trabalhadores tem uma prática que o diferencia dos demais, em que a temática pública é discutida permanentemente. É um partido que tem setoriais, é um partido que tem núcleos, é um partido que tem zonais, que funciona, que reúne, que tem problema, que polemiza. É o único partido que... Quando se vai ao debate, a mídia nem sempre diz o nome do responsável, mas, se é alguém do PT, ela diz que é o PT.

Nesse sentido, é uma demonstração de que o Partido dos Trabalhadores é um partido que inquieta, sobretudo as elites que têm interesse em continuar no processo de pauperização do povo brasileiro, no processo de alimentar a ignorância do povo brasileiro. É por isso que não há dúvida de que a eleição que nós esperamos que ocorra em São Paulo... Não é porque é o Fernando Haddad, mas alguém que esteve à frente do Ministério da Educação e fez marca, fez diferença e construiu a educação do ensino superior, a política das creches, e também o ensino tecnológico e profissionalizante do País.

Portanto, nós respondemos com nosso trabalho, com a nossa identidade, com a nossa história, independentemente daqueles que, usufruindo do poder que a mídia tem, da influência, do alcance dela, tentam respingar no Partido dos Trabalhadores.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2012	16h05min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

Parabenizo V.Exa. por alertar o que significa esse momento para a militância do Partido dos Trabalhadores, que, no lugar de diminuir, amplia, fortalece e aprofunda na vida do interior da sociedade brasileira. Obrigado.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Eu agradeço o aparte de V.Exa. e o incorporo ao meu pronunciamento, estou inteiramente de acordo com as palavras de V.Exa.

Estava aqui a me indagar, Deputado Wasny de Roure. Ontem aconteceu a prisão de um senhor chamado Índio da Costa. Esse Índio da Costa é proprietário, a família é dona daquele banco Cruzeiro do Sul. Esse Índio da Costa ou é irmão, ou é pai do Índio que foi candidato – ou ele próprio foi candidato – à Vice-Presidente do Serra. Fico a indagar aqui, Deputada Arlete Sampaio, se fosse um petista em quinto grau que tivesse um parente candidato e que tivesse sido preso ontem, o estardalhaço que a mídia teria feito. Mas, em nenhum momento disseram que o sujeito preso ontem tem ligações fortes com o Sr. José Serra.

Portanto é preciso que a imprensa brasileira, a mídia brasileira também tenha clareza de que o povo está de olho. O povo não é bobo, o povo não é besta, o povo não é gado, o povo não embarca mais nesse tipo de coisa. Tanto é que está dando a resposta clara e objetiva: vamos ganhar a eleição agora em segundo turno em João Pessoa, com Cartaxo; vamos ganhar em São Paulo, com o Fernando Haddad; estamos indo muito bem, e certamente seremos vitoriosos em Campinas, com Marcio Pochmann – um menino que eu conheci aqui no Distrito Federal, chefiando o escritório do Dieese –, economista respeitado e conhecido no País inteiro; vamos ganhar em Rio Branco; vamos ganhar em Fortaleza; estamos virando o jogo em Salvador. Portanto, é a demonstração do povo, a clareza que o povo tem com relação às eleições.

Sabe, Deputado Wasny de Roure, dá pena verificar um homem com o passado do Serra baixar o nível dessa forma. É a degradação completa do ser humano, do ser político. E como não conseguem mais levar uma mensagem que encontre respaldo nos anseios da nossa sociedade, eles tentam buscar o caminho da judicialização da política. Não triunfarão, não vencerão porque o povo não é besta.

PRESIDENTE (DEPUTADO OLAIR FRANCISCO) – Eu gostaria de convidar o nobre Deputado Dr. Michel para assumir os trabalhos da Presidência.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO OLAIR FRANCISCO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de registrar aos Srs. Deputados que no dia de hoje o Governador Agnelo Queiroz e o Vice Governador Tadeu Filippelli, juntamente com a empresa que ganhou a licitação, deram início às obras, em um ato singelo, na Basevi.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2012	16h05min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

É uma luta histórica daquela comunidade, é um contrato pouco superior a 1 milhão e 200 mil reais, a pavimentação da rodovia, Deputada Celina Leão, até a vila, na forma de bloquetes, por conta de ser a área uma região de recarga aquífera e, portanto, há responsabilidades ambientais a serem cumpridas.

Quero cumprimentar o Deputado Dr. Michel, que, por outros compromissos, não esteve presente, mas foi na cerimônia lembrado pelo trabalho e pela contribuição que tem dado a esse processo. Quero também lembrar que hoje a Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo aprovou um requerimento apresentado, fruto de uma indicação nossa, que é o debate do Parque Ambiental do Itapoã. É um projeto que a própria Escola Zilda Arns, uma escola de ensino médio do Itapoã, vem desenvolvendo já há alguns meses naquela comunidade; um parque que está sofrendo um processo de degradação.

Aproveito aqui para fazer um apelo ao Governo do Distrito Federal: que encaminhe o projeto o mais rápido possível para que a Câmara Legislativa aprecie e demarque a poligonal desse parque, evitando ocupações e depósitos de lixo como vem ocorrendo, para que possamos restabelecer a qualidade de vida naquela comunidade.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO OLAIR FRANCISCO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Sem revisão da oradora.) – Eu até gostaria de pedir aparte na fala do Deputado Chico Vigilante, mas, na última vez em que eu pedi, meu pedido foi negado. Então, eu gostaria de falar.

Eu acho importante trazermos aqui esse tema do mensalão. Só que criminalizarmos a imprensa por divulgar todo o processo e por pinçar, sim, talvez os momentos mais importantes, aí sim eu acho que é falta de democracia. Nós lutamos muito para que a imprensa fosse livre, mas livre não quando nos convém! A imprensa tem que ser livre para divulgar tudo. E será que esses magistrados, cuja maioria foi escolhida pelo Presidente Lula, não podem fazer um julgamento de acordo com os princípios éticos, têm que fazer um julgamento de acordo com princípios partidários?

Nós sabemos, sim, a importância de alguns militantes do Partido dos Trabalhadores para a democracia, mas não só do Partido dos Trabalhadores. Houve militantes de outros partidos que foram importantes e que hoje estão no PSDB, estão no Democratas, estão no PPS. A história da democracia do nosso país não foi escrita só pelo Partido dos Trabalhadores. Agora, criminalizar a imprensa por divulgar, talvez, o que está acontecendo, os fatos importantes...

A sensação do brasileiro, que hoje vê a punição dos desvios públicos, é realmente de que a impunidade não existe. Agora, se você olhar os autos, verá que tem muita coisa escrita, com provas materiais. E falar que a imprensa... É muito engraçado. Tem dia que a imprensa não divulga as coisas ou, quando divulga...



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2012	16h05min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

Então, a imprensa só serve quando ela nos serve? Só quando ela serve a mim, ela presta? O dia em que a imprensa divulga o que não é do meu interesse, ela não funciona? Então, eu acho que isso é um pouco polêmico.

Eu acho que é importante terminar, realmente, o julgamento do mensalão. Ele vai acontecer de forma natural. A imprensa vai divulgar sim e pelo processo democrático que foi conquistado. Agora, é muito importante termos essa coerência. Se hoje nós temos a democracia, é porque ela foi conquistada. Hoje um Parlamentar pode subir aqui à tribuna e chamar outro partido disso, daquilo ou daquilo outro sem realmente deixar de pontuar as pessoas que foram importantes na luta do nosso processo democrático. Mas criminalizar a imprensa? Eu acho que a imprensa está fazendo o papel dela, que é divulgar o julgamento do mensalão. Está divulgando o julgamento do mensalão e está tendo várias condenações. Eu acho até que é midiático aquele negócio de corte internacional. Pelo amor de Deus! Nós não estamos falando nada de leis internacionais, nós estamos falando de crimes que estão previstos no Código Penal. Isso é jogo de mídia.

Então, eu acho que é muito importante pontuarmos isso e não criminalizarmos a imprensa e o STJ. Eu acho que as coisas precisam ter os seus devidos lugares.

DEPUTADO DR. MICHEL – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO OLAIR FRANCISCO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. MICHEL (PEN. Sem revisão do orador.) – V.Exa. me chamou para presidir a sessão. V.Exa. está presidindo com muita maestria. Eu faço questão que V.Exa. continue, porque terei que dar uma saidinha daqui a pouco e não pegaria bem V.Exa. ter que retornar. Então, solicito a V.Exa. que continue, porque V.Exa. vem conduzindo esta sessão com maestria e eu não teria tal competência.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO OLAIR FRANCISCO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente desta sessão, quero apenas agregar algumas reflexões aqui. Se um partido neste país lutou pelas liberdades democráticas, pela liberdade de imprensa – não estou dizendo que foi o único, mas que lutou por isso –, foi o Partido dos Trabalhadores.

Uma coisa é a liberdade de imprensa, que pressupõe o direito do cidadão e da cidadã à informação imparcial. Outra coisa é a parcialidade que está sendo feita por parte da grande imprensa. Quem pôde acompanhar o Seminário do Instituto Milenium, em São Paulo pôde conhecer as palavras dos principais diretores da grande mídia brasileira, que – aliás, é bom dizer – está concentrada na mão de seis famílias desse país. A palavra era a seguinte: “Ora, a Oposição ao Governo é muito fraca. Nós temos que dar uma força para a Oposição”. E é isso o que eles têm feito. Não foi parcial o que a Globo fez na vitória do Fernando Collor? Não foi parcial o que a Veja fez depois para destituir o Presidente Collor? Então, é disso que se trata. Eu



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2012	16h05min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

defendo e nós defendemos – é a posição oficial do Partido dos Trabalhadores – a democratização da informação. Seis famílias brasileiras controlam a grande imprensa. E elas são verdadeiros partidos políticos, que elegem e deselegem pessoas neste país.

Às vezes, uma simples difamação com base não real é feita de maneira definitiva, e, quando se consegue provar a mentira do que foi publicado, sai uma linha no cantinho do jornal. É disso que se trata. Nós temos sim que criar regimentos que permitam de fato que a imprensa possa servir ao cidadão como mecanismo de informação, não como mecanismo de divulgação de uma determinada ideologia ou de parcialidade naquilo que informa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO OLAIR FRANCISCO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, alguns fatos ocorridos na história recente do nosso país nos levam a fazer reflexões.

Durante o governo de Getúlio Vargas, houve uma grande pressão sobre ele, toda mídia nacional estampou o mar de lama do seu governo. De Norte a Sul deste país, só se falava desse mar de lama. Getúlio Vargas não aguentou a pressão, suicidou-se. Até hoje, Deputada Luzia de Paula, não apareceu essa lama que fez o maior presidente trabalhista da história deste país se suicidar. Tudo bem, aconteceu esse fato com Getúlio Vargas. Levaram um Presidente da República ao suicídio dizendo que existia um mar de lama no País. Essa lama nunca apareceu.

Em 1963, em 1964, João Goulart também era acusado de tudo, de latifundiário no Uruguai. Tudo que era calúnia que se pensasse foi atribuída a João Goulart. Isso serviu de base exatamente para o golpe militar, cujo regime autoritário nos fez sofrer bastante. Tudo bem.

Mais adiante, Fernando Collor de Mello foi acusado até de roubar o dinheiro das merendinhas das crianças. Ele perdeu o mandato sob a acusação de um documento de um Fiat Elba. Depois, os processos rolaram, e depuraram, viraram pelo avesso todo o processo administrativo do Fernando Collor, e nenhum tribunal encontrou nada do que foi tão noticiado e nada de tão alarmante. Isso levou, pela primeira vez, a um *impeachment* de um presidente da república.

A Presidente Dilma tem razão quando diz que a liberdade de imprensa é melhor do que qualquer outro sistema, como é o caso da nossa democracia. Agora, na realidade, existem exageros. Os fatos históricos do Brasil mostram que existem exageros. Eu não estou querendo dizer que é A, B ou C. Eu só estou dizendo que os fatos recentes da conjuntura política do País mostram exatamente isso. Então, precisa-se decantar essa história toda desse julgamento, para se saber se realmente se fez justiça ou se, a exemplo de muitos outros casos recentes na história política do Brasil, está se fazendo injustiça.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2012	16h05min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

Acho que só o tempo nos dirá isso.

Muito obrigado.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO OLAIR FRANCISCO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero pedir desculpas à Deputada Liliane Roriz, que estava na tribuna. Pedi a palavra, e S.Exa. vai falar em seguida.

Quero deixar absolutamente claro aqui, Deputado Olair Francisco, que estamos falando da judicialização da política brasileira. É só olharmos, de Norte a Sul do Brasil, todas as iniciativas do Judiciário no sentido de criminalizar a política, Deputada Liliane Roriz, de transformar político em criminoso, em bandido, em coisa ruim, em coisa que não presta. É disso que está se falando. Não se está falando de liberdade de imprensa, não.

O Deputado Agaciel Maia fez aqui um histórico. Eu queria lembrar também, Deputado Agaciel Maia, que, quando da construção de Brasília, o preço que Juscelino pagou, com a acusação de ter sido o maior ladrão da história do Brasil, o maior criminoso da história do Brasil, porque ousou desafiar as elites e descentralizar o desenvolvimento deste país trazendo para o interior do País a Capital da República... Quem assistiu, recentemente, a um seriado que mostrava que ele era julgado, na época, como o possuidor da maior fortuna do mundo e que ele, exilado, em um apartamento em Paris, dizia: “essa é a maior fortuna do mundo”?

Portanto, são esses os cuidados que é preciso ter, porque a honra das pessoas é como balaio de penas: quando se sobe em um prédio de vinte andares e se despeja o balaio de penas, nunca mais elas serão recolhidas.

Foi falado aqui de injustiças. Quem se lembra das bicicletas do Alcení Guerra? Destruíram a vida dele. E do Paulo Rocha, que agora é inocentado pelo tribunal? Acabaram com a vida política dele. Luiz Gushiken, que o tribunal afirmou ser inocente? Quem vai restabelecer a saúde do Luiz Gushiken, que adquiriu um câncer em função dos ataques que lhe foram feitos? Portanto, é esse cuidado que se precisa ter. Temos que ter responsabilidade. Não podemos ser tratados da maneira como somos, como ladrões. E também a justiça não pode ter rosto, não pode ser dirigida, não pode se tornar agora o que está se tornando aí, nas redes sociais. Antes, eram três p. Agora, são quatro: preto, pobre, prostituta e petista. São esses os condenados neste país.

Onde estão os Deputados que comprovadamente pagaram para ser reeleitos? Ficou comprovado. O que fez o Procurador Geral da República na época? Nada. Absolutamente nada! É confortável ouvir do chefe de um Poder importante, como o Ministério Público, que é salutar o julgamento coincidir com as eleições? Isso pode ser tudo, menos democracia.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2012	16h05min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

São esses os cuidados que devemos ter. E aí, Deputada Liliane Roriz, não é um problema só do PT, não. É um problema que atinge todos. Estou falando da nossa parte, mas atinge todos. Quando os chamo para uma reflexão, é para uma reflexão geral, no sentido da criminalização da política no mundo. Quando não se resolve na política, (Ininteligível.) criminaliza. É um novo modelo de golpe: afastar os políticos.

Desculpe-me, Deputada, por ter feito V.Exa. esperar.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO OLAIR FRANCISCO) – Esta Presidência pede desculpas à nobre Vice-Líder do PSD, Deputada Liliane Roriz, a quem passa a palavra.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PSD. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, minha colega Deputada Celina Leão, Deputada Luzia de Paula, Deputado Chico Vigilante, primeiramente, quero registrar o falecimento do Antônio Fábio, um dos grandes idealizadores do Projeto do Parque Tecnológico da Cidade Digital e responsável pelo fortalecimento do Sindicato das Indústrias do Distrito Federal nas últimas décadas. Foi Presidente da Federação das Indústrias – FIBRA e secretário de Estado tanto aqui em Brasília, como em Goiás. Ele foi muito amigo da minha família, muito amigo meu e hoje nós nos despedimos do Antônio Fábio. Eu gostaria de prestar essa homenagem a ele.

Venho também, Deputado Chico Vigilante – não é por um problema partidário, mas por um problema da cidade... Nunca houve nenhum governo, e isso inclui o governo do meu pai também, que criasse uma estrutura que pudesse beneficiar o usuário da rede pública. O que seria isso, Deputado Chico Vigilante? Foi vetado pelo governador... E, com a Lei de Acesso à Informação, hoje temos a possibilidade de publicar todas as informações da rede pública de saúde, para que as pessoas que a utilizam possam saber se há remédio no estoque, se há nas farmácias de alto custo aquele remédio diariamente necessário, se a rede pública tem o médico de que determinado paciente precisa, em determinado horário. Por quê? Para evitar, Deputado Chico Vigilante, essa romaria do paciente à Defensoria Pública e sair de lá muitas vezes sem saber onde há uma UTI para ocupar, porque não sabe qual é o hospital que tem essa UTI.

Não há como isso onerar os cofres públicos. Essas informações, nós já temos. Hoje, o Agnelo tem a oportunidade de disponibilizar essa informação de forma clara, transparente, para que todas essas pessoas possam utilizar esse serviço.

O que mais? A falta de remédio, como falei, é uma constante nas redes públicas. Com a questão da regulação que hoje existe no Distrito Federal, as pessoas vão saber se têm direito a uma UTI quando precisarem. Acho que é uma grande oportunidade para que o Agnelo coloque com transparência esse projeto, que é do Deputado Washington Mesquita e meu.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2012	16h05min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

É importante que as pessoas não percam a viagem. Muitas vezes, elas não têm dinheiro para comprar o remédio, têm apenas o dinheiro da passagem para ir ao hospital. Portanto, não vão perder mais a viagem, à procura de um hospital, sem saber se vai haver o lugar ou mesmo o remédio.

É importante discutirmos isso melhor, para que V.Exa. convença o Governador Agnelo, e derrubemos esse veto. Já falei com a Deputada Arlete Sampaio. S.Exa. também acha que é uma oportunidade única, uma vez que nenhum governo – incluo aqui o governo do meu pai – deu acesso a essas informações. Poderemos evitar, Deputado Chico Vigilante, segundo denúncias do próprio Ministério Público, que haja desvio de paciente para a rede particular. Isso é muito grave. Acho que, com essas informações acessíveis a toda a nossa população, este será o primeiro governo, com certeza, a dar essa transparência no atendimento à população do Distrito Federal.

Eu gostaria muito que V.Exa. levasse esse pedido ao governador.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Primeiramente, quero parabenizar V.Exa. pela referência ao Antônio Fábio, um brasiliense que conhecíamos, homem da melhor estirpe, que amava profundamente esta cidade. Tivemos hoje a felicidade, por intermédio do Deputado Benedito Domingos, de discutir, votar e aprovar uma moção ao Antônio. A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças a enviará à família dele, por proposição do Deputado Benedito Domingos.

Eu, o Deputado Olair Francisco e o Deputado Benedito Domingos estivemos lá. Eu estive com a Magda Cavalcante, que trabalha no Senado, é minha colega de lá. Ela é esposa do Antônio Fábio. Vi praticamente o quanto o Antônio Fábio era querido pela quantidade de pessoas e amigos que havia em seu velório. Portanto, eu quero parabenizar V.Exa., Deputada Liliane Roriz, pela oportunidade de lembrar essa pessoa que foi tão importante aqui para Brasília.

Quero também aproveitar o momento para dizer que nós estamos aqui na Câmara Legislativa com o Palhaço Pirulito, que é o símbolo da torcida do Gama. Ele está aí fora. O nosso Presidente, Deputado Patrício, também o conhece muito bem lá no Gama. Todos os moradores do Gama conhecem bem o Pirulito, que agora está precisando da ajuda de todos nós. Ele sofreu um acidente e queimou 30% do seu corpo. E ele está aqui, coitado, todo enfaixado. Eu acho que esta Câmara Legislativa, pelo que ele representa, principalmente na alegria das crianças do Gama, deve destacar a sua presença hoje aqui.

Muito obrigado.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Agradeço o aparte do Deputado Agaciel Maia.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2012	16h05min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

Sr. Presidente, Deputada Celina Leão, Deputada Eliana Pedrosa, eu quero pedir aqui a todos os meus colegas, aos meus pares, que derrubemos o veto do governador.

Eu acredito que o Presidente e o Vice-Presidente desta Casa têm a sensibilidade de dar essa oportunidade, no nosso estado, para que as pessoas tenham acesso... Eu acho que é um projeto que vai modificar e vai dar mais transparência naquilo que a rede pública e a população Distrito Federal hoje mais precisam.

Então, eu conto com cada um de vocês.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisa do orador.) – Deputada Liliane Roriz, quero cumprimentar V.Exa. pelo registro do falecimento do Antônio Fábio.

Eu, desde o meu primeiro mandato, tive a oportunidade de ter inúmeros contatos com ele depois da sua ascensão à Justiça Trabalhista. Sempre o acompanhei e tive um enorme respeito por ele e uma maior consideração pela contribuição e dedicação que ele teve com esta cidade. Quero aqui registrar o meu profundo pesar à sua família. E sinto-me até em falta, se assim posso dizer, porque não tive condições de estar hoje em seu sepultamento, porque me chegou uma informação equivocada do horário. Mas eu quero registrar em sua fala o meu profundo pesar, minhas condolências à família, e cumprimentá-la por essa iniciativa de registrar nesta Casa a perda desse homem que tanto se deu à Brasília.

Muito obrigado, Deputada.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Agradeço o aparte do Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Sem revisão da oradora.) – Deputada Liliane Roriz, eu queria só parabenizar V.Exa. pelo projeto. Eu acho que ele dá transparência realmente ao que os órgãos públicos precisam fazer. Até porque quando não se tem nada a esconder, não se tem motivação nenhuma de não se publicar, não é?

DEPUTADA LILIANE RORIZ – De esconder!

DEPUTADA CELINA LEÃO – Hoje, a Deputada Arlete Sampaio estava conosco, e nós aprovamos, inclusive, um projeto do Executivo que trazia esse tema que é uma lei da Presidenta Dilma e que nós estamos regulamentando aqui no Distrito Federal, a lei da transparência. Então, eu acho que o projeto de V.Exa. é atual, é importante. Conte com o nosso voto em sua derrubada.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2012	16h05min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

Queria também parabenizar V.Exa. pela lembrança do Antônio Fábio, que foi meu companheiro, secretário de estado junto conosco. Nós sabemos da sua atuação, da ligação dele com a família de V.Exa. E a gente sabe que a cidade perde muito.

Parabéns!

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Agradeço o aparte da Deputada Celina Leão.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Sem revisão da oradora.) – Deputada Liliane Roriz, eu também gostaria de cumprimentar V.Exa. e aproveitar para falar do meu pesar pelo falecimento do Antônio Fábio, inclusive porque eu não tive como ir ao velório e ao enterro. Ele era uma pessoa muito querida. Nesses últimos meses nos estávamos articulando dentro do PSD a sua... Ele ainda não havia assinado a ficha, mas já participava das discussões conosco no PSD. É realmente uma perda muito grande para a cidade, pela sua inteligência, pelo seu brilhantismo, pela sua participação realmente cidadã em nossa cidade.

Portanto, eu quero deixar o registro disso como também da presença do grande Palhaço Pirulito, querido, do Gama, que está caminhando na Câmara Legislativa, eu acho, para pedir ajuda a todos os Parlamentares neste momento difícil de sua vida. Ele tem uma história com o Distrito Federal, especialmente com o Gama. Ele sempre esteve presente em todos os eventos, sempre muito querido, trazendo sua alegria mesmo nos momentos mais difíceis de sua vida.

Parabéns, Deputada Liliane Roriz, por esse pronunciamento, por saber honrar essas duas grandes personalidades da nossa cidade, que estão intrinsecamente ligadas.

Eu faço um apelo para que, na próxima pauta em que forem incluídos os vetos, todos os colegas votem pela derrubada dos vetos. Não apenas os da Deputada Liliane Roriz, que é um veto importante, porque há uma ligação com a saúde, e hoje o grande clamor da nossa sociedade diz respeito à saúde.

Portanto, deixo aqui o meu pedido.

PRESIDENTE (DEPUTADO OLAIR FRANCISCO) – Deputada Liliane Roriz, V.Exa. já terminou o seu pronunciamento?

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO OLAIR FRANCISCO) – Eu gostaria de convidar o Deputado Patrício para assumir a Presidência...

DEPUTADO WASHINGTON MESQUITA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO OLAIR FRANCISCO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2012	16h05min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

DEPUTADO WASHINGTON MESQUITA (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu agradeço a V.Exa.

Deputada Liliane Roriz, eu peço perdão, em primeiro lugar, por eu não estar há mais tempo aqui, mas no gabinete, em reuniões, eu ouvi o pronunciamento de V.Exa. a respeito do Projeto de Lei nº 118, de 2012. É muita honra e muita felicidade tê-la como autora dessa proposição.

V.Exa. já bem explicou à sociedade, já se manifestou quanto à derrubada do veto. Eu estou aqui para também defender a derrubada do veto. Mas, primeiro, eu gostaria de parabenizá-la pelo espírito democrático e pela conduta ética de V.Exa. Reconheço os governos anteriores, inclusive o governo do pai de V.Exa. Na minha concepção, ele foi um dos melhores governadores de Brasília. Ele fez um trabalho brilhante. É uma pessoa pela qual tenho profundo carinho, respeito e a alegria de tê-lo no rol dos meus amigos, até porque foi dessa forma que eu sempre fui recebido no seio de sua família.

É a grande oportunidade do Governador Agnelo Queiroz, que está investindo pesadamente no resgate da saúde pública, pois não é um problema para ser resolvido em um mês, um ano, dois anos ou quatro anos. Esse é um problema que perdura há décadas. Sabemos muito bem disso. Eu reconheço o trabalho que o Governo do Distrito Federal tem feito, na pessoa do Governador Agnelo Queiroz e do Secretário de Saúde. Agora, é importante que essas ações, que esses investimentos sejam mostrados à sociedade, pois o intuito do projeto é nada mais do que isto: mostrar de forma clara e transparente as ações e investimentos que estão sendo feitos para a sociedade – é o perfil deste governo e eu espero que continue sendo –, dando ao contribuinte, ao cidadão o direito de saber a qual unidade de saúde ele deve se reportar, quer seja um hospital, quer seja um centro de saúde, quer seja uma UPA, na procura de uma especialidade que o aflige naquele momento, quantos médicos estão de plantão, qual a farmácia de alto custo, onde ele pode encontrar aquele medicamento. O intuito do projeto é simplesmente este: mostrar tudo o que a Secretaria de Saúde tem feito e o compromisso do governo, que é a principal bandeira, a principal meta.

Peço, então, ao Líder do PT, Deputado Chico Vigilante; à Líder do Governo, Deputada Arlete Sampaio, que já está sensibilizada quanto ao projeto; à Líder do PSD, Deputada Eliana Pedrosa, que na próxima reunião dos Líderes possam trabalhar na derrubada desse veto, pois eu acho que isso é de suma importância.

Foi questionado o custo de pessoal e infraestrutura. Eu não vejo assim um custo tão alto. Foi questionado o prazo de sessenta dias para a implementação. Se for o caso, Deputada, nós podemos muito bem trabalhar para que esse prazo possa ser estendido.

Eu acho importante a derrubada desse veto, para darmos essa transparência à sociedade, para que o cidadão seja, mais do que nunca, informado sobre seus direitos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2012	16h05min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

Parabéns pelo pronunciamento de V.Exa. e agradeço pela confiança que V.Exa. depositou em minha pessoa, assumindo a coautoria desse projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO OLAIR FRANCISCO) – Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, pelo Bloco Social Ecológico – PEN/PSB, concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (Bloco Social Ecológico. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores da imprensa, servidores desta Casa, estou hoje, aqui nesta tribuna, por dois motivos.

Em primeiro lugar, eu gostaria de fazer um agradecimento ao nosso Governador Agnelo pela solução que foi dada ao programa de creches das entidades conveniadas. Essa solução perpassou pelo apoio da Deputada Arlete Sampaio, pelo seu conhecimento, pela parceria do Deputado Wasny de Roure, enfim, por todos aqueles que têm compromisso com a realidade, que é a realidade das nossas crianças no Distrito Federal. Então, quero aqui agradecer a sensibilidade do Governador Agnelo, que tão prontamente atendeu as entidades e deu uma resposta imediata, fazendo com que os anseios e a vontade de trabalhar dessas entidades pudessem, realmente, ser cumpridos.

Sras. e Srs. Deputados, outro motivo me deixa, no dia de hoje, muito triste, e sei que também as mães e as crianças do Distrito Federal, sobretudo aquelas oriundas das camadas mais pobres da população, que necessitam de creche para a sua educação e para que seus pais possam se ocupar da lida diária de assegurar o sustento de suas famílias.

Hoje, como já é de conhecimento da maioria, chegou a esta Casa o Suplemento nº 211 do Diário Oficial do Distrito Federal, edição de 17/10/2012, o qual traz a publicação da Lei Complementar nº 854/2012, que “dispõe sobre atualização do Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT”, cujo art. 5º foi vetado.

Imagino eu que esse veto tenha sido orientado de forma até equivocada e por pessoas que, talvez, não saibam a realidade das crianças brasileiras e, principalmente, as dificuldades na vida dessas crianças; não sabem, muitas vezes, o que é não ter onde brincar, o que é não ter um espaço decente e humano para ficar enquanto as suas mães saem para o trabalho. Talvez as pessoas que orientaram esse veto não imaginam o quanto elas contribuíram para que nós ainda venhamos a continuar com a realidade que hoje temos com relação aos espaços para construção de creches.

Quando a proposta de atualização do PDOT foi aprovada por este Plenário, eu estava convalescendo de uma cirurgia, portanto, não pude me fazer presente a esta Casa. Mesmo assim, orientei a minha assessoria para que elaborasse uma emenda que prevesse a criação de terrenos para creches. A emenda foi sugerida por mim, mas assinada por vários outros Deputados que me acompanharam. E a todos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2012	16h05min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

quero, neste momento, agradecer de coração pelo carinho e respeito às nossas crianças.

A referida emenda foi aprovada com os votos de todos os Parlamentares presentes à sessão, mesmo já enfrentando naquela ocasião a oposição da Sedhab, mas os meus pares, em uma demonstração de grandeza de alma, houveram por bem escutar o bom senso e aprovaram a emenda, cujo texto foi devidamente incorporado à redação final da proposta de atualização do Plano Diretor do Distrito Federal.

A emenda, senhores e senhoras, incluindo o art. 5º do PDOT, dizia o seguinte: "Art. 5º – Os novos núcleos habitacionais a serem implantados após a data de publicação desta Lei Complementar deverão contar com unidades imobiliárias destinadas à instalação de creches para atender crianças de 0 a 5 anos de idade.

§ 1º A unidade imobiliária destinada à instalação de creche não poderá ter o seu uso alterado, exceto se criada outra na mesma Região Administrativa, exigindo-se, para o caso, a realização de audiência pública com a população interessada.

§ 2º O Poder Público realizará intervenções urbanísticas necessárias e prioritárias nos núcleos habitacionais existentes até a data de publicação desta lei complementar, com vistas à criação de unidades imobiliárias para a instalação de creches."

Esta emenda, devido à sua relevância social, foi uma das poucas partes da proposta de atualização do PDOT elogiada por especialistas e pela mídia, mesmo porque, recentemente, a Presidente Dilma Rousseff lançou o programa Brasil Carinhoso, que entre as suas prioridades tem prevista a construção de creches em várias localidades do Brasil. Só no Distrito Federal, a previsão é que sejam construídas cinquenta. Por isso, não posso acreditar que o Brasil Carinhoso, da Presidente Dilma, tenha se transformado, no Distrito Federal, na visão de alguns – e acredito que não é na visão do meu governador –, em Brasil rancoroso; um rancor contra as crianças que exigem e merecem proteção do Estado e da sociedade.

É verdadeiro o argumento da Sedhab de que estão previstos, em várias localidades do Distrito Federal, lotes destinados ao uso institucional, os quais podem ser utilizados para implantação de creche. Esses terrenos realmente existem, mas, com base no que está ocorrendo, por exemplo, em Águas Claras, temos muito a temer. Naquela cidade, os imóveis destinados ao uso institucional estão sendo comercializados pela Terracap para construção de conjuntos comerciais e enormes torres residenciais. Isso ocorreu com o lote 4 da Rua Ipê Amarelo, com o lote 6 da Rua 14 Sul, os quais constam, na minuta de LUOS encaminhada a esta Casa, como sendo de uso institucional. Não fosse a movimentação da comunidade de Águas Claras, até mesmo o lote destinado a hospital teria sido transformado para construção de apartamentos, salas e lojas comerciais. O terreno chegou a integrar um dos editais de leilão da Terracap.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2012	16h05min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

Entendo que terreno para creche deve ter o uso específico, ou seja, para construção de creche. Nada de uso institucional, que, como dito, pode virar centro comercial, conjunto habitacional e daí por diante.

Fala-se há anos que o Brasil é o país do futuro, isso somente será verdade quando cuidarmos adequadamente de nossas crianças; quando formos capazes de criar lotes para creches e de construí-las; quando a sanha especulativa imobiliária deixar de sobrepor os interesses sociais; e quando a sensibilidade social fizer parte das características dos governos. Fora isso, não há por que falarmos em futuro.

Finalizo, conclamando os meus nobres pares para que unamos forças no sentido de derrubar o veto ao art. 5o da proposta de atualização do PDOT, não para o meu bem ou para o bem dos Deputados que assinaram e aprovaram a emenda, mas para o bem das crianças, para o bem do Distrito Federal e para o bem do Brasil.

Muito obrigada.

(Assume a Presidência o Deputado Patrício.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Dr. Charles.

DEPUTADO DR. CHARLES (Bloco Trabalhista, Progressista e Republicano. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, pessoal da galeria, eu fui procurado pelos meus colegas da saúde que trabalham no laboratório da Policlínica e que aqui se encontram. Realmente está acontecendo uma coisa extraordinária, mesmo. Extraordinária pelo lado ruim porque isso pode acometer os nossos colegas. Não só os nossos colegas, como também os pacientes que vão àquela instituição.

Vejam vocês que é um lugar que atende pessoas idosas, atende pessoas com sorologia positiva para HIV. Já tem uma interface com outras instituições. Gastou-se um dinheiro enorme. Hoje querem pegar todo esse pessoal e levar para o Hospital de Taguatinga. Ora, já não basta o Hospital de Taguatinga estar sobrecarregado?

Então, eu queria levar esse apelo ao nosso Secretário Rafael; ao Dr. Otávio, novo diretor do Hospital de Taguatinga, da regional daquela cidade, para que eles possam repensar essa questão, uma vez que a diretora que nós tínhamos lá realmente era irascível. Não tínhamos condições de um diálogo efetivo. Houve uma mudança para melhor, e esperamos que o novo diretor não deixe acometer o que chamo de atrocidade. Tirar um serviço daquela magnitude daquele pessoal que tem trabalhado ajudando as pessoas para ir ficar em um amontoado, num lugar bem pequeno no HIT, onde todos sofrerão com isso, levando mais gente para adentrar no HIT, como se já fosse pouco...

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DR. CHARLES – Ouço o aparte de V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2012	16h05min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Dr. Charles, eu não posso concordar com V.Exa. no que diz respeito à Dra. Sônia.

A Dra. Sônia é uma das médicas mais qualificadas desta cidade. Ela fez um trabalho extraordinário de recuperação da saúde pública em Taguatinga, que estava realmente destruída. Eu lamento que o Governo do Distrito Federal tenha cedido e tirado a Dra. Sônia da direção da regional de saúde de Taguatinga. Realmente, ela estava num processo de melhoria da saúde em Taguatinga. Um processo técnico que não tinha nenhuma interferência política de quem quer que seja. Ela estava no caminho certo.

A Dra. Sônia tem a inteira solidariedade da nossa bancada, da bancada do Partido dos Trabalhadores. Tanto da minha parte, como da Deputada Arlete Sampaio, do Deputado Patrício, do Deputado Chico Leite, do Deputado Wasny de Roure. Todos nós somos solidários com a Dra. Sônia e entendemos que foi um erro do Governo do Distrito Federal afastá-la da direção da Regional de Saúde de Taguatinga. É irreparável o trabalho que ela fez pela dignificação da saúde pública naquela cidade. Talvez, as coisas que estão sendo ditas sejam porque ela acabou com o apadrinhamento, com a falta de técnicos, porque realmente ela imprimiu moralidade naquela regional.

DEPUTADO DR. CHARLES – O que ela acabou mesmo, Deputado, foi com a saúde de Taguatinga. O que ela tem feito ao longo desse tempo é isso. Se V.Exa. e os outros são favoráveis, eu respeito muito, mas quase todos os servidores do HRT são contrários. Teve gente que soltou fogos lá, porque ela era realmente um problema para o Hospital de Taguatinga. Mas não estou aqui para falar da Dra. Sônia, porque, enquanto profissional, ela é extraordinária. Realmente ela é uma excelente profissional. Eu pude trabalhar com ela esse tempo quando estávamos no Pronto Socorro de Taguatinga e pude ver a excelência do trabalho dessa médica.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DR. CHARLES – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Eu gostaria de fazer um aparte com relação à Policlínica.

Ontem, por volta das 22h, 23h, eu recebi um telefonema em relação à Policlínica. Eu entendo, na minha visão, que nós não podemos – nós que estamos preocupados com a população do Distrito Federal – fechar uma unidade sequer em qualquer lugar de Brasília. Não é porque é a Policlínica, não! Em qualquer lugar do Distrito Federal, nós não podemos fechar nenhuma unidade que venha cuidar da saúde pública do Distrito Federal. Se a Policlínica faz um serviço que traz o bem para a sociedade, é nosso dever e nossa obrigação trabalharmos para que ela fique em funcionamento.

Eu entendo que o Secretário de Saúde, talvez, não esteja sabendo da verdadeira informação. Então, é dever nosso, é dever de V.Exa., é dever meu, como Deputado, e da Deputada Arlete Sampaio, que é doutora e sabe do juramento que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2012	16h05min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

tem com a saúde pública, com a saúde do povo. É nosso dever, de todos nós, conversar com o Secretário de Saúde para que este posto, que cuida das pessoas, não seja fechado. Estou do lado da Policlínica, pois sabemos que ela está do lado do povo. (Palmas.)

DEPUTADO DR. CHARLES – Muito obrigado, Deputado. Peço que se incorpore o discurso de V.Exa. ao meu pronunciamento, por favor.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DR. CHARLES – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Sem revisão da oradora.) – Deputado Dr. Charles, estou vendo o debate e quero só fazer uma lembrança; até postei no Twitter, e isso virou, inclusive, matéria. Não sei na gestão de quem está, qual é o padrinho político, em qual partido está ou não, mas acho que a fala de V.Exa. é importante. Eu estive no HRT, este ano ainda, fazendo uma visita para um amigo. Uma visita informal, não fui como Deputada, nem representando a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar. Ao entrar no hospital, Deputada Arlete Sampaio, dei o meu nome, como qualquer pessoa que chega para ver um paciente no horário de visitas. Quando cheguei naquela ala, que parecia mais um campo de batalha – se houve melhora em alguma coisa, eu não sei onde, porque naquela em que eu estava, eu não vi nenhuma melhoria –, alguém me reconheceu e pediu para tirar uma foto comigo. Eu respondi que sim, sem problemas. A pessoa chegou para tirar a foto e veio um vigilante que me cutucou e falou assim: “Imprensa não pode entrar aqui não.”. Eu disse a ele que eu não era da imprensa e que estava ali para fazer uma visita. Continuamos conversando e, mais alterado ainda, aquele servidor veio com a ajuda de outro para me retirar do hospital. Naquele momento, Deputado Dr. Charles, identifiquei-me, e toda a enfermaria que estava lá, como se fosse num campo de batalha, começou a gritar porque havia bolsa de urina no chão, porque o paciente que fui visitar estava há dez dias sem tomar banho, porque era um paciente grave e não podia tomar banho no único banheiro que era compartilhado por todos.

Eu gostaria, realmente, nesta tarde, de saber onde está a melhoria no Hospital de Taguatinga, porque eu não consegui vê-la, e não fui lá como Parlamentar. Eu passo para V.Exa. também o relatório do CRM que também não consegue ver essa melhoria. Não sei nem o nome de quem está lá, só sei que hoje, neste ano, não se conseguiu mudar nada. Se está a ou b, o governador tem o direito de tentar mudar, até para haver uma melhoria, se esse for o caso. Estou falando de coisas que vi. Há fotos postadas da bolsa de urina caída no chão, de um paciente que não tomava banho há quinze dias também, na mesma situação daquele que fui visitar. Então, fazer demagogia aqui para proteger partido ou pessoa a ou b, para falar que está acabado e que melhorou... não sei onde não, Deputado.

DEPUTADO DR. CHARLES – Obrigado, Deputada Celina Leão.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Permite-me V.Exa. um aparte?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2012	16h05min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

DEPUTADO DR. CHARLES – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Deputado Dr. Charles, não estamos aqui em julgamento da competência de a, b ou c; nem a qual partido pertence a, b ou c. Nós estamos discutindo a construção do Sistema Único de Saúde no Distrito Federal. Eu era vice-governadora desta cidade quando implantamos a Policlínica em Taguatinga. Hoje, digo a V.Exa. que lá se efetua um excelente trabalho voltado para o atendimento aos idosos. E, como disse o Deputado Olair Francisco, e estou de acordo, nenhum serviço público que funcione deve mudar as suas atribuições. Portanto, solidarizo-me com essa reivindicação.

Vou comunicar que estava tentando aqui, agora, falar com o Dr. Rafael, e não consegui. Mas conversarei com ele, pois acho equivocada qualquer mudança na destinação das responsabilidades da Policlínica. Também quero dizer que, da mesma forma como a Dra. Sônia foi avaliada, discordo da avaliação feita e concordo com o que disse o Deputado Chico Vigilante: às vezes, um gestor é mal querido, porque é duro, porque quer colocar as coisas para funcionar. Da mesma forma como ela foi avaliada, nós também vamos avaliar o próximo diretor para que a gente possa objetivar aquilo que é o nosso interesse, que é a construção do Sistema Único de Saúde para todos.

DEPUTADO DR. CHARLES – Muito obrigado, Deputada Arlete Sampaio.

Eu aqui também não defendo nem o diretor que entrou. Não foi indicação minha, não foi nada. Essa fala de V.Exa. mostra a excelência do trabalho da Policlínica. Que possamos mantê-la, como disse o Deputado Olair Francisco. Não podemos tirar um serviço que está dando certo.

Eu também queria falar até com a Líder do Governo nesta Casa sobre a questão da comissão que nos procurou para tratar do IPTU. Está marcada? Então, eu agradeço. Houve muitas pessoas que nos procuraram porque não conseguem pagar o IPTU atrasado. Queremos ver com a área econômica do governo, como pode ser resolvido isso. A nossa Líder já marcou com a área econômica do governo. Quero agradecer a ela. Pessoalmente iremos lá defender o interesse dessas pessoas.

Por último, tenho aqui um grande parceiro, um Deputado...

DEPUTADO WASHINGTON MESQUITA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DR. CHARLES – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASHINGTON MESQUITA (PSD. Sem revisão do orador.) – Deputado Dr. Charles, perdoe-me, mas eu estava falando aqui com o Presidente da Terracap. Eu acho prudente e salutar o questionamento que V.Exa. traz a esta Casa. Ouvi o aparte do Deputado Chico Vigilante, Líder do Governo, a quem eu muito respeito. Discordo parcialmente do aparte dele. Eu conheço a Dra. Sônia basicamente há vinte anos. Participei de um Encontro de Casais com Cristo com ela no Santuário Perpétuo Socorro. Conheço a sua família. Quando ela assumiu a direção do Hospital Regional de Taguatinga, fui uma das primeiras pessoas que vibrou e se



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2012	16h05min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

alegrou. Fui até ela dar o meu apoio moral, cristão. Tão logo assumi na Câmara Legislativa, levei o meu apoio parlamentar. Fui ouvir as demandas e as necessidades do Hospital Regional de Taguatinga. Lá havia um problema de recolhimento de lixo interno e externo. Nós já tínhamos o comando da Administração de Taguatinga e tomamos as devidas providências. Coloquei parte de meus recursos, emendas parlamentares, mais de 2 milhões de reais para construção do bloco materno infantil. Nunca neguei a ela nenhum apoio. Nunca dirigi à Dra. Sônia uma palavra de desagrado ou desrespeito, até porque não é da minha conduta nem da minha índole. Mas um belo dia eu me dirigi, assim como a Deputada Celina Leão e outros Parlamentares, ao Hospital Regional de Taguatinga. Eu já era Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura. Chegando à portaria principal, apresentei a identidade parlamentar, que tem de servir e ser respeitada. Nós não podemos ser barrados em nenhum espaço público, até porque eu estava no cumprimento e ofício da minha função. Eu ia justamente dialogar com ela sobre uma questão de demanda do Hospital Regional de Taguatinga. Eu fui barrado por um servidor que dizia que eu não tinha autorização da diretora para adentrar o hospital. Na época, até liguei para o Deputado Patrício e relatei a situação. Simplesmente falei: “Eu não posso ser barrado”. Passei à portaria principal, ele colocou a mão na arma. Eu falei: “Vai atirar em mim? Se for atirar, pode atirar, que eu estou em defesa da sociedade e principalmente no cumprimento do meu mandato”. Ele disse: “Eu não vou atirar não, mas vou informar a toda a segurança da casa e à direção que o senhor está invadindo o hospital”. Primeiro, eu não sou bandido. Segundo, eu sou um cidadão que mereço respeito assim como eu dou respeito às pessoas. Terceiro, eu estava investido no mandato parlamentar como representante do povo e de uma das principais comissões desta Casa que tem feito um excelente trabalho com a Deputada Eliana Pedrosa, Deputada Arlete Sampaio, Deputado Prof. Israel Batista, Deputado Robério Negreiros. Eu me senti ferido na minha integridade física, moral e como Parlamentar. Nenhuma atitude foi tomada da parte dela. Também não fui recebido. Voltei e consegui resolver a situação através da Secretaria de Saúde, do Secretário Rafael.

Logo depois, houve a determinação dentro do Hospital Regional de Taguatinga, dizendo que eu estava fazendo política. Política, eu faço na rua. Eu não faço política nem dentro da Paróquia de São Pedro, que é a minha comunidade. Eu não faço dentro do Movimento Pentecoste, onde há 1 milhão e meio de pessoas. Fazer política dentro de hospital? Eu vou ali para cobrar os investimentos, procurar fiscalizar esses investimentos e atender as necessidades do povo de Brasília, que merece respeito. Ela proibiu a minha entrada ou de qualquer servidor com crachá do gabinete do Deputado Washington Mesquita. Essa é a situação. Quantas reclamações eu recebi no meu gabinete, quer sejam de médicos, quer sejam de servidores, da conduta autoritária e imponente, que eu nem sei se é uma conduta equilibrada por parte dela. Nunca fiz nada a essa senhora, nunca lhe dirigi a palavra com falta de respeito.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2012	16h05min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

Quero deixar bem claro aqui que não tenho comando sobre o Hospital Regional de Taguatinga, quem tem o comando é quem tem o poder de publicar no Diário Oficial, que é o Governador Agnelo Queiroz. Eu tenho comando sobre a minha casa e sobre o meu gabinete, nem sobre a Administração Regional eu tenho. Simplesmente fui consultado e fiz a indicação. Quem manda lá é o Sr. Carlos Alberto Jales. Eu mando no gabinete 3 da Câmara Legislativa e mando na minha casa. Agora, posso dizer que estou feliz com a saída dela? Estou. Estou feliz, o povo de Taguatinga está feliz e principalmente os servidores do Hospital Regional de Taguatinga estão felizes porque nunca foram tão desrespeitados de uma forma autoritária e antidemocrática, e faltou o princípio ético, e faltou muita coerência.

Eu sou da base de apoio, eu quero o bem desse governo. Acabei de dar uma entrevista em que eu disse: “Nós temos feito investimentos pesados”. Agora, Deputada Arlete Sampaio, V.Exa., como Líder da bancada, e Deputado Chico Vigilante, sabe o que falta ao nosso governo? Simplesmente que a Secretaria de Comunicação Social comece a mostrar para a sociedade, para os veículos de comunicação, tudo o que tem sido investido na área da saúde, entre outros investimentos mais pesados pelo Governador Agnelo Queiroz. Isso tem que ser mostrado. Isso infelizmente, na minha concepção, não tem sido feito. Em relação à questão da farmácia de alto custo, fui lá como Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, e, graças a Deus, se resolveu. Não se resolveu o problema da falta de remédios na sua integralidade, em 100%, mas já houve um grande avanço, e este avanço vai ser estendido agora para Sobradinho, Planaltina, para as outras regiões.

Dizer que eu pedi a saída, pedi. Porque eu tenho obrigação para com o eleitor de Taguatinga. Foram mais de 7 mil votos nas urnas que me trouxeram à Câmara Legislativa. Eu tenho obrigação para com o povo de Brasília: o que é certo eu vou defender; com o que é errado jamais serei conivente. Não tenho nenhuma situação contra a pessoa dela, eu estou falando da profissional, até pelos relatos que V.Exa. recebeu. Tenho certeza, Deputado Benedito Domingos, Deputado Olair Francisco também, de que eles chegaram aos nossos ouvidos, chegaram à comissão, chegaram ao meu gabinete. Não tenho nada contra a pessoa dela. Agora, deixo bem claro: eu não tenho comando sobre o Hospital Regional de Taguatinga. O cargo que foi colocado agora – o Dr. Otávio, fez um excelente trabalho em Santa Maria –, é indicação pessoal do Governador Agnelo Queiroz. Parabéns ao Governador Agnelo Queiroz, que fez uma excelente indicação. Tudo de que o Dr. Otávio precisar com relação à ação do Deputado Washington Mesquita, de forma democrática, para que possa dar dignidade ao povo que vai ao Hospital Regional de Taguatinga, terá da minha parte. Agora, sim, agora, as emendas parlamentares vão voltar. Agora ele terá meu apoio total e irrestrito até para que os funcionários e servidores possam voltar a sorrir.

DEPUTADO DR. CHARLES – Agradeço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS – Permite-me V.Exa. um aparte?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2012	16h05min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

DEPUTADO DR. CHARLES – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS (PP. Sem revisão do orador.) – Srs. Deputados, estou em Taguatinga desde 1958. Quando chegamos a Taguatinga, praticamente não havia nada de unidade de saúde. Então veio o Hospital São Vicente de Paula, depois houve a construção do nosso hospital regional, o HRT, e também a Policlínica. Hoje o Hospital São Vicente de Paula é um hospital psiquiátrico, que presta grande serviço à comunidade de Brasília. A Policlínica também presta. Havia um projeto de se transformar a Policlínica num hospital geriátrico, mas até o atendimento que faziam foi tirado das pessoas mais idosas.

O que eu acho é o seguinte. Não quero louvar ou condenar ninguém que é substituído. A Dra. Sônia, que conheço há muitos anos, prestou muitos serviços a nossa cidade, principalmente no banco de leite que ela implantou, mas, conforme já foi dito pelo nobre Deputado Washington Mesquita e também pelo Deputado Dr. Charles e outros, infelizmente, o tratamento que estava sendo dado a autoridades e demais pessoas não era condizente nem com aquilo que se deve fazer num órgão público. E nós ouvimos coisas aqui. Graças a Deus, eu nunca fui barrado, eu nunca fui lá, mas é lamentável.

Eu quero dizer ao nobre Deputado Chico Vigilante que ninguém está aqui contestando a amizade e a capacidade da Dra. Sônia. É só que a sua gestão à frente do HRT deixou muito a desejar. Eu espero que o Dr. Otavio, que foi nomeado agora pelo governador, tenha postura diferente. Que seja um gestor de um órgão público, que haja respeito, como disse a Deputada Celina Leão, no tratamento. Você tem seus amigos. Muitas das vezes você dirige um hospital não como um Parlamentar, mas como um amigo, ou pessoa até ligada por amizade ou parentesco, e você quer o melhor para ele, se possível. Agora, tem que ser republicano em todos os sentidos. Essa parte desse tratamento, da maneira, não pode existir. (*sic*) Não podemos politizar a nossa saúde. A saúde é de todos, a saúde é necessária; o tratamento com respeito tem que ser dado. Nós temos que respeitar os nossos médicos, respeitar o nosso Secretário de Saúde, mas eu acho que tem que haver uma recíproca, não pode ser avenida de mão única.

Portanto, eu quero parabenizar o Governador Agnelo Queiroz por ter substituído a Dra. Sônia, o que, sem dúvida nenhuma, para mim, não causou nem tristeza nem alegria, mas para o povo, principalmente para os servidores do hospital, trouxe muita alegria – a substituição dela. Eu quero que essa alegria se transforme, na nova gestão, em bons serviços prestados à nossa comunidade.

DEPUTADO DR. CHARLES – Agradeço o aparte do Deputado Benedito Domingos.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DR. CHARLES – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Sem revisão da oradora.) – Eu gostaria de registrar também essa minha indignação com o possível fechamento da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2012	16h05min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

Policlínica. Eu acho que nós não podemos ter nenhuma unidade diminuída – seja laboratório, seja o que for. Nós não podemos concordar com isso porque já temos uma superlotação nas demais unidades, então o que nós temos é que reestruturar cada uma das unidades existentes.

Eu vou citar um exemplo: a inauguração da UPA do Núcleo Bandeirante. Eu estive lá, e a população estava reclamando comigo porque era atendida no centro de saúde até 24 e parou de ter o atendimento para que a UPA funcionasse. Então, não adianta trocar seis por meia dúzia. Na saúde, nós precisamos multiplicar. Volto também... Eu li numa entrevista que o governador esteve no Hospital de Base. Isso é louvável, e a gente espera que ele faça mais isso, porque a figura do comandante do governo impõe certo respeito, e eu acho que isso vai trazer benefício. Mas quero dizer que os leitos da emergência não têm mais aquela ocupação nos corredores e o atendimento está todo ok. Porém, eu quero relatar a minha experiência de quinta-feira última. Eu fui ao Hospital de Base – eram 5h da tarde – e encontrei várias pessoas do lado de fora que haviam chegado desde a 1h da tarde e não tiveram atendimento. Havia pessoas que eram da Ortopedia, principalmente, e da Oftalmologia, inclusive um senhor de idade com problema sério, enfim, várias pessoas. Eles estavam desde 1h da tarde e queriam uma satisfação, que não tinham tido até aquele momento. Eu fui à chefia do plantão saber o que estava acontecendo, e a chefia do plantão me disse o seguinte: “Olha, nós temos dois ortopedistas. Os dois estão fazendo atendimento de emergência em algum lugar. Só tinha um oftalmologista fazendo atendimento de emergência em outro. Mas as pessoas foram classificadas”, dizia-me ela. Agora há uma classificação, aquela triagem: verde, azul, pela ordem. Falou assim: “Às vezes elas estão esperando muito tempo porque outros casos mais graves que chegam vão passando na frente, então é natural que elas esperem muito tempo”. Aí eu fui à triagem. Cheguei lá e perguntei: “Bom, essas pessoas, qual foi a classificação delas? Elas não sabem a classificação”. E a moça me disse: “Olha, não fiz classificação, porque quando não tem médico, eu não faço classificação”. Então, o vazio no Hospital de Base hoje é porque as pessoas chegam e vão embora sem atendimento e não porque estão sendo atendidas. Assim, essa estatística está falseada, está maculada, porque não se está contabilizando as pessoas que estão aguardando e que não conseguem sequer fazer a triagem.

Outra coisa que eu estanei muito é que a moça me mostrou que, até às 3h da tarde, ela tinha feito 250 triagens. Eu fiz um cálculo dos minutos. Se ela não tivesse saído para almoçar, se ela não tivesse ido ao banheiro, nem estivesse atendendo cada pessoa na triagem – que é tirar pressão, conversar um pouquinho –, em um minuto, não daria para ela ter atendido a todas as pessoas de quem ela anotou ter feito a triagem. Até levei isso à direção do hospital, que estranhou muito também.

Eu quero dizer que eu e a Deputada Celina Leão fomos muito bem recebidas no Hospital de Base, muito bem recebidas pela assessora de imprensa e pela diretora adjunta, mas eu gostaria de registrar que... Pelo menos naquele dia, na quinta-feira,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2012	16h05min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

eu posso testemunhar: o atendimento foi de todas as pessoas que procuraram o hospital e que conseguiram ser atendidas, porque as não atendidas não foram computadas, voltaram para casa. Voltaram para casa sem atendimento.

Eu acho que há alguns ajustes que devem ser feitos. Esse é um processo que eu tive oportunidade de testemunhar, e não tem muito tempo, porque foi agora na última quinta-feira. É o meu registro. Muito obrigada.

DEPUTADO DR. CHARLES – Obrigado, Deputada Eliana Pedrosa. Eu quero agradecer a nossa Líder, à Líder do Governo, e ela quer dar uma resposta positiva. Eu sabia que o nosso secretário não devia estar sabendo de uma coisa dessas porque ele tem conhecimento necessário da importância da Policlínica, e pediu para avisar a vocês que nada disso vai acontecer, que a Policlínica não vai deixar de ser policlínica ou o laboratório sair de lá. (Palmas.)

Muito obrigado, minha Líder. V.Exa. é uma médica que nos honra aqui no Distrito Federal, uma sanitarista de muito respeito. Obrigado, Deputada Arlete Sampaio.

Por fim, muito rápido, para terminar, o nosso nobre colega Deputado Washington Mesquita vai poder me ajudar. Lá em Taguatinga, na QSA, os comerciantes, os empresários, procuraram-nos porque estão fazendo uma reforma. Quebraram as calçadas, e a gente já vem há um mês e pouco falando isso. O Jales que é o prefeito de lá nos recebe com a maior deferência, é um excelente administrador. Falei com o Deputado Washington Mesquita, ele também olhou e disse que vai nos ajudar a resolver esse problema.

Só que hoje, Deputado Washington Mesquita, V.Exa. não calcula o que aconteceu. De manhã, aquele começo que eles tinham feito, eles largaram para fazer a outra ponta. Então, imagine essas pessoas que fizeram estoque e que agora precisam vender... com a poeira, não conseguem ter gente lá. Eu queria que V.Exa., que já falou e de quem eu conheço o compromisso que tem com Taguatinga, ajudasse-nos a resolver o problema daquele pessoal.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Dr. Charles.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer a V.Exa. a solicitação, como Líder do Governo – e também fazer um apelo aos demais Parlamentares –, para que nós entrássemos na votação. Há três projetos de suplementação orçamentária que nós precisamos votar hoje. Eu gostaria que isso fosse, portanto, acrescentado à pauta e que pudéssemos submeter à votação, porque alguns deles são fundamentais, inclusive, para o pagamento dos servidores.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2012	16h05min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Ok, Deputada Arlete Sampaio. Eu vou solicitar à Assessoria de Plenário que inclua extrapauta os projetos solicitados para que possamos consultar os Líderes e os Parlamentares sobre fazer a avaliação de votação ou não.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Sem revisão da oradora.) – Eu gostaria de registrar que não ficou acertado que nós votaríamos os créditos hoje, ficou acertado que nós votaríamos projetos de Parlamentares. Se for projeto para pagamento de servidor, eu pediria à nobre Líder que nos encaminhasse a matéria para que nós pudéssemos fazer o encaminhamento dessa votação, porque nós não queremos atrapalhar pagamento de servidor. Precisamos também saber que dia é o pagamento do servidor, porque, se não for realizado nos próximos cinco dias, pode ser votado na terça-feira. É esse o encaminhamento. Mas, o que ficou tirado no encaminhamento é que votaríamos a pauta de ontem e que hoje seria a pauta de Parlamentares. Além disso, eu ainda não pude exercer o meu direito de fala, a Deputada Celina Leão também não, não sei se outros têm alguma coisa mais para falar. Portanto, essa é a posição do PSB.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Apenas para corrigir algo.

Deputada Eliana Pedrosa, ontem, no Colégio de Líderes, nós acertamos que votaríamos o crédito para os servidores, o Projeto nº 1.197, que não tinha sido votado naquele momento porque precisava passar pela CEOF, reunião realizada ontem. Esse outro projeto das emendas parlamentares, também é fundamental que o votemos hoje para poder dar possibilidade até da aplicação das emendas.

Portanto, eu pediria ao Sr. Presidente que submetesse esses projetos à votação, porque ainda temos *quorum* nesta tarde.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Deputada Arlete Sampaio, até porque os projetos foram lidos no dia de ontem e foram votados hoje de manhã – eu não estava presente, não pude estar presente à votação. Estou falando, portanto, que, se for projeto de pagamento de servidor e se for realmente urgente, nós vamos fazê-lo; contudo, não ficou acertado que faríamos, mas sim que veríamos os projetos para poder decidir se entraria na pauta.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Eu queria apenas lembrar à Deputada Eliana Pedrosa que, quando ela ponderou isso... não



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2012	16h05min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

passou na CEOF ainda; mas, se passasse de manhã, a gente votaria à tarde. Isso foi dito.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Foi dito por V.Exa., Deputado Rôney Nemer, não foi concordado por mim. Quer dizer: foi uma posição sua e da Deputada Arlete Sampaio, não foi uma posição do PSD.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Fizemos uma reunião ontem, discutimos, tiramos uma pauta e indicamos à Mesa a possibilidade de votação desse projeto hoje. Hoje, inclusive, a CEOF se reuniu e fez a avaliação dos projetos para aprovação, para que eles pudessem vir na tarde de hoje para serem apreciados.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Gostaria de dizer o seguinte: os projetos foram apresentados no dia 9 e no dia 17. Portanto, não foi ontem, quer dizer: apenas houve um atraso porque precisavam de algumas correções os projetos para que a CEOF pudesse apreciá-los.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Gostaria de pedir um esclarecimento: Deputada Arlete Sampaio, o Projeto nº 1.197 é crédito de pagamento de servidor?

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – (Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – O Projeto nº 1.197 é pagamento de servidor.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, o Projeto nº 1.180 é emenda de Parlamentar.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – O Projeto nº 1.180 é o que tem emendas de Parlamentares.

Esta Presidência vai dar por encerrados os Comunicados de Líderes para que possamos consultar os Parlamentares nos Comunicados de Parlamentares.

Portanto, dou por encerrado os Comunicados de Líderes. Passa-se aos
Comunicados de Parlamentares.

Para fazer uso da palavra estão inscritos os seguintes: Deputado Wasny de Roure, Deputada Celina Leão e Deputada Eliana Pedrosa.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero trazer ao plenário desta Casa o registro de uma matéria que nos trouxe já várias iniciativas junto à Secretaria de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano, como também a visita *in loco*. Trata-se de cinco condomínios horizontais na QN 114, de Samambaia. São cinco condomínios lindeiros à linha do metrô, que foram licitados pela Terracap, foram devidamente construídos com alvará e com as autorizações da Administração, na época. Posteriormente foi arguida a ilegalidade das construções. Hoje, residem aproximadamente 250 famílias nesses três conjuntos, eu diria. É um conjunto



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2012	16h05min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

modelado na forma de um condomínio, Deputado Rôney Nemer – que é o nosso especialista na área urbana.

Nós levamos à Secretaria de Habitação esse tema para que pudessem nos dar um tratamento de equacionamento quanto à solução urbanística para o setor. Ela não configura no formato de um conjunto, mas, na realidade, a forma pela qual se deu a construção foi plenamente autorizada pelo Poder Público – e eu digo –, pela Terracap, quando vendeu o imóvel, e pela Administração, quando concedeu o alvará. A população hoje está sendo notificada pela Agefis e, portanto, isso não procede. É necessário que o Poder Público, as autoridades, o Parlamento local intervenham no sentido de apontar para uma solução urbanística para o setor. Felizmente estamos concluindo os debates da LUOS, que pretendemos trazer ao plenário desta Casa em breve. Mas para isso é necessário que a Procuradoria, que já encaminhou um parecer de demolição dos imóveis, possa entender esse momento e ajudar no equacionamento do problema, para o conjunto de duas centenas e meia de famílias que residem hoje naquelas comunidades.

No sábado passado estivemos presentes numa grande reunião da comunidade, bastante participativa, ocasião na qual a própria Administração se fez presente para ajudar a construir. É importante destacar que essa reunião ocorreu após um debate preliminar realizado na Sedhab com a presença dos representantes da comunidade.

Portanto, eu trago esse registro aqui e quero ainda, Deputado Chico Vigilante, destacar a audiência pública que nós, eu e a Deputada Arlete Sampaio, estamos preparando, já aprovada, na cidade de São Sebastião, para tratar da regularização dos imóveis.

São essas as considerações que eu gostaria de fazer na tarde de hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure.

Dando continuidade aos Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, prezados colegas, todos presentes nesta sessão, primeiramente eu queria dizer que nós concordamos em votar o PL nº 1.180, de 2012, e o PL nº 1.197, de 2012, que diz respeito a pessoal.

Agora, eu gostaria de pedir o encaminhamento para que, como adiaram os projetos de Parlamentares e eu não tenho projeto quase nenhum aprovado, pudessem votar antes os projetos de minha autoria. Não sei se há outros Parlamentares que estão na mesma situação, se quiserem fazer o mesmo pedido...



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2012	16h05min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

Na minha fala como Parlamentar, eu quero chamar a atenção a um crédito que está hoje aqui na Casa. Especialmente à Deputada Arlete Sampaio e ao Deputado Wasny de Roure, eu quero dizer o que me chamou a atenção.

Na Lei Orçamentária de 2012, nós temos como unidade de beneficiários do passe estudantil, 150 mil estudantes. Do passe livre de pessoas com necessidade, temos 50 mil. No entanto, nós temos até agora gastos cerca de 48 milhões com passe estudantil, que são 150 mil – pelo menos é o que está na Lei Orçamentária –, e teremos 61 milhões, se for aprovado esse crédito – 46, e 176 mais 15 milhões –, para 50 mil. Tem alguma coisa errada nessa conta. Há o triplo de beneficiários gastando menos do que as pessoas com deficiência. Por outro lado, há uma lei em vigor que trata desses dois benefícios, que diz que o DFTrans tem que publicar, na sua página, no seu *site*, o relatório, que deve ter a comprovação mensal dos beneficiários das viagens efetivamente praticadas. Você olha, e não tem nada disso. A lei vem sendo descumprida desde sempre. Não se cumpre a lei. Então, você não pode fazer uma votação nesta Casa baseada no que está na lei, naquelas informações que a lei exige que estejam ali, não para a nossa votação, mas para a consulta popular de todos os dias. Não tem. Ninguém me dá uma informação. É zero de informação. A lei está sendo descumprida. Eu chamo atenção para isso. Nós temos até a semana que vem. Eu peço a nossa Líder de Governo que busque as informações e que, mais ainda, faça cumprir a lei. Se há a informação, por que ela não está no *site*? Por que estão descumprindo a lei?

Então, essa minha fala de hoje é para chamar atenção para este ponto muito importante: a nossa responsabilidade na votação. Porque eu busco a informação que está prevista numa lei e não a encontro. O projeto chega e é votado a toque de caixa na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças; e agora nós podemos ter essa perspectiva de votá-lo sem que saibamos aquilo que estamos fazendo. Isso é muito grave, porque os números, pelo menos os poucos números que balizam nossa análise, não nos levam à conclusão de que realmente esse valor é necessário. Muito obrigada.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de registrar no plenário desta Casa que, no dia de ontem, foi aprovado um requerimento da minha autoria que pede debate e fiscalização sobre as gratuidades. Infelizmente, o requerimento é de 2011, mas somente ontem esse requerimento foi aprovado na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Infelizmente, esses atrasos também se dão em função da delonga do processo legislativo da nossa Casa.

Muito obrigado.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2012	16h05min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PT do B. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que cumpra o acordo de Líderes e comecemos a votar os projetos dos Deputados e, por último, os projetos do Executivo.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Eu estou aqui à disposição para votar, como fiquei ontem. Sozinho, não voto, mas, se houver treze Deputados, eu voto os projetos do Executivo, os projetos dos Parlamentares, os vetos, o que houver para ser apreciado sem nenhuma dificuldade.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um registro. Eu fui à Rodoferroviária para fazer uma filmagem com uma mãe. A Comissão de Direitos Humanos reencontrou a mãe de um rapaz, que fez um pedido à comissão. Fazia 29 anos que ela não tinha contato com ele. Viabilizamos o encontro dessa mãe com esse rapaz. Quando chegamos à Rodoferroviária, nós fomos abordados por um vigilante que disse que a *Rede Record* não poderia entrar lá. Eu acho muito engraçado isso. Por que a *Rede Record* não pode e outras emissoras podem? Além de ser preconceituoso, foi algo assim tão descabido que nós não cumprimos o que o vigilante falou. Nós entramos, até porque não havia nada a infringir, era um espaço público. Aí o vigilante me deu um número do Rio de Janeiro, Deputado Benedito Domingos, para eu ligar para falar com a gestora que cuidava daquele local, que estava no Rio de Janeiro. Não havia uma pessoa responsável. Eu tinha que ligar para o Rio de Janeiro para tentar conseguir uma autorização para fazer a filmagem. É brincadeira uma coisa dessa! É uma falta de preparo tanto das pessoas que estão sendo treinadas, quanto do servidor público, que não respeita os Parlamentares no cumprimento de suas funções, na Rodoferroviária, que é pública, onde todo mundo entra e sai. Então, eu queria fazer o meu registro antes de começar a minha fala, que é mais de indignação.

Sr. Presidente, o que me traz à tribuna nesta tarde é algo com que realmente eu fiquei muito preocupada, Deputado Dr. Michel: o Tribunal de Contas emitiu um alerta de que o Governo do Distrito Federal não cumpriu o gasto mínimo com educação. Srs. e Sras. Parlamentares, eu quero relembrar as muitas vezes em que o Partido dos Trabalhadores subiu às tribunas para reclamar da falta de investimento na educação e as muitas vezes em que essa categoria se mobilizou em favor do Partido dos Trabalhadores. É tão gritante o que está acontecendo hoje no Distrito Federal, Deputado Dr. Michel, que, no primeiro trimestre deste ano, foi investido menos de 12%, faltou 12%. E o Tribunal de Contas, naquele momento, emitiu um alerta. O que a Secretaria de Educação deveria fazer naquele momento? “Não, vamos adequar.” Mas, no segundo trimestre, aumentou para 14%! É algo impressionante! Como é que nós vamos falar em país do futuro sem este governo investir o mínimo em educação? É algo para reflexão mesmo. Nós temos que parar para pensar como é que nós vamos mudar o nosso país, como é que nós vamos mudar a nossa nação sem o investimento mínimo obrigatório em educação. O alerta



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2012	16h05min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

do Tribunal de Contas realmente nos faz refletir. Sabe por que, Deputada Eliana Pedrosa? Os professores são uma classe que sempre acreditou neste governo e sempre foi muito criticada por outros governos. Não conseguir investir o mínimo? Eu acho que nós temos, sim, que fazer uma reflexão. Nós não vamos mudar esta nação se nós não fizermos um investimento, não só o mínimo, mas um investimento médio, e até um investimento máximo em educação.

Nós falamos, falamos, falamos de educação, mas não damos conta de fazer o dever de casa. Nós falarmos de educação da boca para fora. Falarmos que valorizamos o professor da boca para fora, mas não conseguirmos investir em educação é como realmente termos uma ideologia que só fica no papel. A ideologia tem que virar prática, a ideologia tem que virar ação, porque as palavras vão, mas os exemplos arrastam. Eu acho que é muito importante nós pontuarmos essa falta de investimento. É um alerta não só para os Parlamentares, mas para a sociedade como um todo.

Fica aqui o meu registro e a minha indignação sobre a questão dos professores.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputada Celina Leão.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Nós fizemos um acordo no Colégio de Líderes e conversamos com os Deputados para que pudéssemos votar, primeiro, os projetos dos Parlamentares e, depois, os projetos do Executivo. Nós temos acordo para votação de dois projetos do Executivo: os Projetos de Lei nº 1.197/2012 e nº 1.203/2012. É isso, Deputada Arlete Sampaio?

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Vamos votar antes que não haja mais *quorum*, se possível.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, de acordo com a reunião de Líderes de terça-feira, estou pedindo que votemos os meus dois projetos que estão aí, porque inclusive estou em muita defasagem. Não sou só eu, mas me incluo na lista dos Deputados que estão aí, com projetos.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Certo. Temos, inclusive, o acordo de que vamos votar hoje, em primeiro turno, projetos de Parlamentares que estiverem em plenário. A Deputada Liliane Roriz e o Deputado Chico Vigilante têm menos projetos. Vamos apreciar os projetos dos Deputados que estão em plenário. O Deputado que não estiver em plenário não vai ter projeto votado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2012	16h05min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

Consulto os Líderes se há acordo para superarmos o sobrestamento dos itens de números 1 a 70, relativos aos vetos da Ordem do Dia, e votarmos as demais proposições da pauta e os itens extrapauta incluídos na Ordem do Dia.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Sem revisão da oradora.) – Na extrapauta, os dois projetos?

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – São somente os dois.

Havendo acordo, vamos iniciar pelo item nº 74.

DEPUTADO AYLTON GOMES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AYLTON GOMES (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria que fosse incluída na pauta de votação o Requerimento nº 1.870, de 2012, de minha autoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Acato a solicitação de V.Exa. Solicito à Assessoria que faça a referida inclusão.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Proposta de Emenda à Lei Orgânica, não. Não há acordo. Votaremos os projetos de lei de Deputados e os dois projetos do Executivo. O projeto do DFTrans, só vou votar depois que o Diretor do DFTrans, o Campanella, encaminhar a esta Casa todas as planilhas, para que possamos avaliá-las. Não tenho segurança para fazer a votação desse projeto em plenário, hoje. Enquanto eu não receber as planilhas, não tenho condição de fazer a votação desse projeto.

Item nº 74:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 816, de 2012, do Deputado Prof. Israel Batista, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de o Governo do Distrito Federal e a Terracap publicarem na internet, em tempo real, todos os pagamentos e despesas relativas a obras, compras e serviços relacionados à Copa das Confederações FIFA de 2013 e à Copa do Mundo FIFA de 2014”.

Em discussão, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2012	16h05min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

Item nº 75:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 289, de 2011, da Deputada Luzia de Paula, que “dispõe sobre o oferecimento de curso livre de prevenção ao uso de *crack* e outras drogas aos professores da Rede Oficial de Ensino do Distrito Federal”.

Em discussão, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Item nº 76:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 786, de 2012, do Deputado Joe Valle, que “estabelece diretrizes para a implantação do Programa Distrital de Envelhecimento Ativo, no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências”.

Em discussão, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Item nº 79:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.085, de 2008, da Deputada Jaqueline Roriz, que “classifica a visão monocular como deficiência visual no âmbito do Distrito Federal”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Item nº 80:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 137, de 2011, do Deputado Washington Mesquita, que “torna obrigatória a publicação na internet de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2012	16h05min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

todos os programas sociais do Distrito Federal, bem como os critérios de concessão e as pessoas atendidas”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Item nº 81:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 723, de 2011, da Deputada Liliane Roriz, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de agendamento de cirurgias eletivas dentro do prazo de validade dos exames pré-operatórios no âmbito da Rede Pública de Saúde, na forma que especifica”.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Item nº 82:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 549, de 2011, do Deputado Olair Francisco, que “dispõe sobre a afixação de placas informativas em áreas de grande potencial turístico e de circulação de pessoas, contendo a mensagem: ‘Não doe moedas nos sinais de trânsito, não estimule o trabalho infantil’”.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tendo em vista que não tive ainda nenhum projeto aprovado neste semestre, peço à V.Exa. a inclusão, na pauta de hoje, do Projeto de Lei nº 638, de 2011.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Acato a solicitação de V.Exa. e solicito à Assessoria de Plenário que faça a referida inclusão.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2012	16h05min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu também gostaria de pedir a inclusão do Projeto de Lei nº 759, de 2012.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Acato a solicitação de V.Exa. e solicito à Assessoria de Plenário que o inclua como extrapauta, mas não posso garantir a votação no dia de hoje.

A situação em que se encontram o Deputado Chico Vigilante e a Deputada Eliana Pedrosa é a de Parlamentares com menor número de projetos aprovados em plenário. Estamos buscando aqui uma forma de fazer com que todos os Parlamentares tenham o mesmo número de projetos aprovados.

Mas acato a solicitação de V.Exa. Vou incluí-lo na pauta.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, lembro que também não tive nenhum projeto aprovado no segundo semestre.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – V.Exa. não teve nenhum projeto aprovado, assim como eu e nenhum outro Deputado tivemos. Mas temos uma planilha das votações desde 2011. Todos os projetos terão o mesmo tratamento, ok?

Então, o projeto será incluído, mas vamos votar de uma forma que todos os Parlamentares tenham o mesmo tratamento. Um tratamento justo. A justiça é sempre difícil de se fazer, mas ela será feita.

Em discussão o Projeto de Lei nº 549, de 2011. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Item nº 84:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 920, de 2012, da Deputada Eliana Pedrosa, que “altera a Lei nº 1.355, de 30 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o regime de substituição tributária relativo ao Imposto sobre Serviços – ISS”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Item 85:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2012	16h05min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	36

Discussão e votação, 1º turno, do Projeto de Lei nº 419, de 2011, da Deputada Eliana Pedrosa, que “altera o art. 1º da Lei nº 3.731, de 30 de dezembro de 2005, que concede redução de base de cálculo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS incidente na prestação de serviços que especifica”.

Em discussão. (Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Deputada Celina Leão, V.Exa. entendeu a questão que eu coloquei? É só uma questão de tratamento isonômico.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para um rápido registro, hoje na Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, tivemos um projeto de resolução, de autoria do Deputado Dr. Michel, que incorpora a Câmara Legislativa na Agenda Ambiental. Eu gostaria de registrar os meus cumprimentos ao autor da proposição, que tem uma marca que ajuda muito esta Casa no seu processo de recuperação.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

São necessários 16 votos “sim” para sua aprovação.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2012	16h05min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	37



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA: 24/10/2012

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM ☒ 1º TURNO ☐ 2º TURNO ☐ TURNO ÚNICO

☐ REDAÇÃO FINAL EM / / 2012

- ☐ PARECER ☐ ORAL ☐ REJEIÇÃO PROJETO ☐ FAVORÁVEL PROJETO ☐ COM EMENDA(S) ☐ ANEXO
☐ PARECER SOBRE INDICAÇÃO DO PARA O CARGO DE
☐ CCJ ☐ CEOF ☐ CAS ☐ CDDHCDP ☐ CAF ☐ CDC ☐ CES ☐ CSEG ☐ CDESECTMAT ☐ M.DIR. ☐ COM.ESP.
☐ PROCESSO Nº
☐ PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S)
☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)
☒ PROJETO DE LEI Nº(S) 419/11
☐ PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S)
☐ PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S)
☐ RECURSO Nº (S)
☐ REQUERIMENTO Nº (S)
☐ OUTROS
☐ VOTO EM SEPARADO ☐ FAVORÁVEL ☐ CONTRÁRIO

Autor: Deputado(a): Eliana Pedrosa

☐ Executivo

Relator: Deputado(a):

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBS*	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	X					
	ARLETE SAMPAIO	PT	X					
	AYLTON GOMES	PR	X					
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X					
	CELINA LEAO	PSD	X					
	CHICO LEITE	PT	-			X		
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	X					
	DOUTOR CHARLES	PTB	X					
	DR. MICHEL	PEN	X					
	ELIANA PEDROSA	PSD	X					
	EVANDRO GARLA	PRB	X					
	JOE VALLE	PSB				X		
	LILIANE RORIZ	PSD	X					
	LUZIA DE PAULA	PEN	X					
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X					
	PAULO RORIZ							
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PEN	-			X		
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB				X		
	RONEY NEMER	PMDB	X					
	WASHINGTON MESQUITA	PSD	X					
	WASNY DE ROURE	PT	X					
	WELLINGTON LUIZ	PPL				X		
	PATRÍCIO	PT	X					
	TOTAL		18			06		

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO *(Art.109 parágrafo 1º do RF)

SECRETÁRIO DEP.

CONSOLIDADO POR

ASSINATURA

MAT.

ASSP/ Nº /

FOLHA Nº



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2012	16h05min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	38

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 17 votos favoráveis. Houve 7 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Antes de passarmos ao próximo item, esclareço ao Plenário que o projeto do Deputado Chico Vigilante não teve a tramitação concluída porque não passou pela CCJ. O Deputado Chico Vigilante só teve um projeto aprovado este ano. Essa é a equação que estamos tentando fazer para equilibrar todos os Parlamentares.

Item nº 86:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 406, de 2011, do Deputado Dr. Michel, que “cria o programa viver em casa no âmbito das Unidades de Terapia Intensiva – UTI dos Hospitais Públicos do Distrito Federal e dá outras providências”.

Em discussão o projeto, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir – e saber se os colegas podem concordar. O Deputado Chico Vigilante tem um projeto só, mas a Deputada Celina Leão tem apenas três. Então há também uma certa defasagem. Eu perguntaria se nós não poderíamos...

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Na verdade, a Deputada não tem só três. Eu tenho uma tabela aqui. Inclusive, estamos falando do primeiro semestre apenas, não é do ano passado. Nós vamos votar o projeto da Deputada, mas não no dia de hoje. Foi incluído na Ordem do Dia, mas não no dia de hoje.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Está bem, Sr. Presidente. Obrigada.

Item nº 87:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 793, de 2012, do Deputado Evandro Garla, que “institui a semana de valorização da pessoa idosa no Calendário Oficial do Distrito Federal”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2012	16h05min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	39

Em discussão o projeto, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 88:

Discussão e votação, 1º turno, do Projeto de Lei nº 595, de 2011, do Deputado Agaciel Maia, que “inclui a festa religiosa e cultural lavagem do Acarajé da Maya, no calendário oficial de eventos do Distrito Federal”.

Em discussão o projeto, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 89:

Discussão e votação, 1º turno, do Projeto de Lei nº 344, de 2011, do Deputado Cláudio Abrantes, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de balança pública em feiras livres do Distrito Federal”.

Em discussão o projeto, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 638, de 2011, do Deputado Chico Vigilante, que “prorroga o prazo do constante no art. 28 da Lei nº 4.257, de 2 de dezembro de 2008, que estabelece critérios de utilização de áreas



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2012	16h05min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	40

públicas do Distrito Federal por mobiliários urbanos do tipo quiosque e *trailer* para o exercício de atividades econômicas e dá outras providências”.

Falta o parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao referido projeto.

A Presidência designa o Deputado Olair Francisco para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Olair Francisco, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PT do B. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 638, de 2011, do Deputado Chico Vigilante, que “prorroga o prazo do constante no art. 28 da Lei nº 4.257, de 2 de dezembro de 2008, que ‘estabelece critérios de utilização de áreas públicas do Distrito Federal por mobiliários urbanos do tipo quiosque e *trailer* para o exercício de atividades econômicas e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, o referido projeto é admissível pela Comissão.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 638, de 2011. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Consulto os Líderes se há acordo para votarmos os projetos de decreto legislativo que concedem títulos de cidadãos honorários da Ordem do Dia, em bloco.

Havendo acordo, apreciação, em bloco, dos seguintes itens:

Item nº 90:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 125, de 2012, do Deputado Joe Valle, que “concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Ademar Kiotoshi Sato”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2012	16h05min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	41

Item nº 91:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 116, de 2012, do Deputado Robério Negreiros, que “concede o Título de Cidadã Honorária de Brasília à Senhora Maria do Carmo Manfredini”.

Item nº 92:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 111, de 2012, do Deputado Evandro Garla, que “concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Ilustríssimo Senhor Marcos Antônio Pereira”.

Item nº 93:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 118, de 2012, do Deputado Benedito Domingos, que “concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor José Sobrinho Barros”.

Item nº 94:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 138, de 2012, do Deputado Benedito Domingos, que “concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Carlos Antônio Santiago”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando os projetos; os que votarem “não” estarão rejeitando-os.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2012	16h05min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	42



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLÊNÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA: 24/10/2012

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLÊNÁRIO

VOTAÇÃO EM ☐ 1º TURNO ☐ 2º TURNO ☒ TURNO ÚNICO

☒ REDAÇÃO FINAL EM 24/10/2012

☐ PARECER ☐ ORAL ☐ REJEIÇÃO PROJETO ☐ FAVORÁVEL PROJETO ☐ COM EMENDA(S) ☐ ANEXO

☐ PARECER SOBRE INDICAÇÃO DO _____ PARA O CARGO DE _____

☐ CCJ ☐ CEOF ☐ CAS ☐ CDDHCEDP ☐ CAF ☐ CDC ☐ CES ☐ CSEG ☐ CDESCTMAT ☐ M.DIR. ☐ COM.ESP.

☐ PROCESSO Nº _____

☐ PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____

☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____

☐ PROJETO DE LEI Nº(S) _____

☒ PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) 125/12, 116/12, 111/12, 118/12, 138/12

☐ PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____

☐ RECURSO Nº (S) _____

☐ REQUERIMENTO Nº (S) _____

☐ OUTROS _____

☐ VOTO EM SEPARADO ☐ FAVORÁVEL ☐ CONTRÁRIO _____

Autor: Deputado(a): Seus Deputados ☐ Executivo

Relator: Deputado(a): _____

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBS*	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	/					
	ARLETE SAMPAIO	PT	/					
	AYLTON GOMES	PR	/					
	BENEDITO DOMINGOS	PP	/					
	CELINA LEÃO	PSD	/					
	CHICO LEITE	PT				/		
	CHICO VIGILANTE	PT	/					
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	/					
	DOUTOR CHARLES	PTB	/					
	DR. MICHEL	PEN	/					
	ELIANA PEDROSA	PSD	/					
	EVANDRO GARLA	PRB	/					
	JOE VALLE	PSB				/		
	LILIANE RORIZ	PSD	/					
	LUZIA DE PAULA	PEN	/					
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	/					
	PAULO RORIZ					/		
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PEN				/		
	ROBERTO NEGREIROS	PMDB				/		
	RONEY NEMER	PMDB	/					
	WASHINGTON MESQUITA	PSD	/					
	WASNY DE ROURE	PT	/					
	WELLINGTON LUIZ	PPL				/		
	PATRÍCIO	PT	/					
	TOTAL		10			6		

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO *(Art.109 parágrafo 1º do AD)

SECRETÁRIO DEP. OLAIR FRANCISCO

CONSOLIDADO POR BR

ASSINATURA BR

MAT. BR

ASSP/ Nº 1

FOLHA Nº 1



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2012	16h05min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	43

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 18 votos favoráveis. Houve 6 ausências.

Estão aprovados os projetos em turno único.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra ao Deputado Olair Francisco.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PT do B. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação das matérias.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 125, de 2012, do Deputado Joe Valle, que “concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Ademar Kiotoshi Sato”.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 116, de 2012, do Deputado Robério Negreiros, que “concede o Título de Cidadã Honorária de Brasília à Senhora Maria do Carmo Manfredini”.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 111, de 2012, do Deputado Evandro Garla, que “concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Ilustríssimo Senhor Marcos Antônio Pereira”.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 118, de 2012, do Deputado Benedito Domingos, que “concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor José Sobrinho Barros”.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 138, de 2012, do Deputado Benedito Domingos, que “concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Carlos Antônio Santiago”.

Em discussão as redações finais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, as redações finais são consideradas definitivamente aprovadas, dispensada a votação.

Os projetos vão à promulgação.

Retificação: o Projeto de Lei nº 419, de 2012, onde se lê a aprovação com 17 votos “sim” e 7 ausências, na verdade foram 18 votos “sim” e 6 ausências.

Fica feita a retificação.

Consulta os Líderes se há acordo para votarmos os requerimentos, em bloco,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2012	16h05min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	44

com exceção dos itens nºs 100 e 101. (Pausa.)

Havendo acordo, apreciação, em bloco, dos seguintes itens:

Item nº 95:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.845, de 2012, da Deputada Arlete Sampaio e outros, que “requer a realização de audiência pública para debater a regularização fundiária e urbanística de São Sebastião, Região Administrativa XIV”.

Item nº 96:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.849, de 2012, do Deputado Prof. Israel Batista, que “requer a realização de audiência pública da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no dia 29 de outubro, às 15 horas, no Plenário da CLDF, para debater sobre a prática do *skate*, patins e *bike* no DF e apresentar a Federação de Skate do DF – FSKTDF”.

Item nº 97:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.851, de 2012, do Deputado Prof. Israel Batista, que “requer a realização de audiência pública da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no dia 5 de novembro, às 19 horas, no Plenário da CLDF, para debater sobre a importância dos Centros Interescolares de Línguas – CILs para o Distrito Federal”.

Item nº 98:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 300, de 2011, do Deputado Wasny de Roure e outros, que “requer constituição de Comissão Especial para defesa do passe livre estudantil no sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal”.

Item nº 99:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.861, de 2012, da Deputada Eliana Pedrosa, que “requer a realização de audiência pública, no dia 23 de outubro de 2012, para debater sobre a nomeação de secretários escolares, monitores, professores e técnicos da Secretaria de Educação, bem como melhorias nas respectivas carreiras”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.870, de 2012, de autoria do Deputado Aylton Gomes, que “requer a realização de sessão solene em homenagem ao Colégio Militar de Brasília – CMB pelo primeiro lugar no *ranking* do Distrito Federal, no Ensino Fundamental do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB – 2012”.

Em discussão os requerimentos. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2012	16h05min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	45

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando os requerimentos; os que votarem “não” estarão rejeitando-os.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2012	16h05min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	46



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLÊNARIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA: 24/10/2012

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLÊNARIO

VOTAÇÃO EM ☐ 1º TURNO ☐ 2º TURNO ☒ TURNO ÚNICO

☐ REDAÇÃO FINAL EM / / 2012

- ☐ PARECER ☐ ORAL ☐ REJEIÇÃO PROJETO ☐ FAVORÁVEL PROJETO ☐ COM EMENDA(S) ☐ ANEXO
☐ PARECER SOBRE INDICAÇÃO DO PARA O CARGO DE
☐ CCJ ☐ CEOP ☐ CAS ☐ CDDHCEDP ☐ CAF ☐ CDC ☐ CES ☐ CSEG ☐ CDESCTMAT ☐ M.DIR. ☐ COM.ESP.
☐ PROCESSO Nº
☐ PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S)
☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)
☐ PROJETO DE LEI Nº(S)
☐ PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S)
☐ PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S)
☐ RECURSO Nº (S)

☒ REQUERIMENTO Nº (S) 7845/12, 7849/12, 7851/12, 300/11, 1861/12, 1970/12

☐ OUTROS

☐ VOTO EM SEPARADO ☐ FAVORÁVEL ☐ CONTRÁRIO

Autor: Deputado(a): Vários Deputados

☐ Executivo

Relator: Deputado(a):

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBS*	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	X					
	ARLETE SAMPAIO	PT	X					
	AYLTON GOMES	PR	X					
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X					
	CELINA LEÃO	PSD	X					
	CHICO LEITE	PT				X		
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	X					
	DOUTOR CHARLES	PTB	X					
	DR. MICHEL	PEN	X					
	ELIANA PEDROSA	PSD	X					
	EVANDRO GARLA	PRB	X					
	JOE VALLE	PSB				X		
	LILIANE RORIZ	PSD	X					
	LUZIA DE PAULA	PEN	X					
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X					
	PAULO RORIZ					X		
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PEN				X		
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB				X		
	RÔNEY NEMER	PMDB	X					
	WASHINGTON MESQUITA	PSD	X					
	WASNY DE ROURE	PT	X					
	WELLINGTON LUIZ	PFL				X		
	PATRÍCIO	PT	X					
	TOTAL		18			06		

P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO(Art.109 parágrafo 1º do RB)

SECRETÁRIO DEP. OLÁFRIO FRANCISCO

CONSOLIDADO POR

ASSINATURA

MAT. 3822

ASSP/ Nº 1

FOLHA Nº



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2012	16h05min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	47

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 18 votos favoráveis. Houve 6 ausências.

Estão aprovados, em turno único, os requerimentos.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu só gostaria de pontuar aqui hoje, porque V.Exa. falou e está aí na tabela, que eu tive cinco projetos aprovados e tramitados aqui na Câmara. Quero fazer o registro na data de hoje que, dos meus cinco projetos que foram tramitados aqui na Câmara Legislativa, dois deles, que foram sancionados pelo governador, saíram sem o meu nome. Após oficializarmos isso à Câmara, que notificou, saiu hoje no Diário Oficial uma retificação que não tem, inclusive, a assinatura de ninguém e nem a republicação da lei. Há uma simples retificação para falar que as duas leis são nossas. As outras três leis, Sr. Presidente, foram todas vetadas – só para registro da questão de mérito e tudo. E a última, inclusive, que falava sobre a data dos concursos, foi vetada pelo governador, que fez outra idêntica e posterior à minha, sancionando-a e aprovando-a. Esta lei não permite haver concursos diferentes no mesmo dia. Então, só para fazermos uma reflexão.

Agradeço a esta Casa, que pediu a retificação das únicas leis minhas que haviam sido aprovadas: a lei que trata do IPVA e a que trata do transporte escolar, que, inclusive, estavam sem o meu nome.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Deputada Celina Leão, obrigado pelo registro de V.Exa. Eu, inclusive, assinei o ofício ao governador para que fosse feita a retificação e a publicação da autoria de V.Exa. nos dois projetos. Cumpri um dever de justiça e continuarei fazendo-o. Eu sei que é difícil e vou suportar todo o constrangimento do Plenário, sem nenhum problema. Os Deputados terão o mesmo número de projetos aprovados.

Fizemos um acordo nesta legislatura, no dia 1º de janeiro de 2011, de que tudo nesta Casa seria igual. Nós conseguimos, inclusive, dividir todos os cargos nesta Casa em igualdade para os 24 Parlamentares, o que nunca tinha acontecido no tempo de existência desta Casa, em que o Presidente ficava com quinze, vinte cargos. Hoje, todos os Deputados, independentemente de quem seja o menos ou o mais votado, ou de qualquer sigla partidária, são todos tratados com igualdade. Sei que nem sempre a igualdade é fácil de ser acatada, mas vamos continuar tentando.

Sei que V.Exa., com o senso de justiça, com a transparência que tem e com a defesa que faz de que todas as pessoas tenham essa justiça, será compreensiva em ter cinco projetos aprovados agora e já com a autoria republicada, e esperará que os outros Deputados tenham a mesma quantidade de V.Exa. O projeto de V.Exa., inclusive, foi incluído na Ordem do Dia.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2012	16h05min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	48

Na próxima sessão em que houver votação, com certeza, será votado e V.Exa. terá seis projetos apreciados. V.Exa., inclusive, pode ajudar os Parlamentares que não têm os projetos aprovados em número suficiente. Nós temos uma gama de Parlamentares, eu inclusive, que não têm nenhum projeto na Ordem do Dia. Há Deputado presidente de Comissão que não inclui na Ordem do Dia projetos de alguns Deputados. Se se incluírem os projetos, como fizeram no primeiro semestre do ano passado, eles forem votados, tiverem a tramitação em todas as Comissões com aprovação, virão ao plenário e serão aprovados e acatados pela maioria do plenário, como fizemos desde o ano de 2011.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu só quero isonomia, como V.Exa., que já tem sete. Eu só tenho cinco, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – É isso que estou aguardando. Quando V.Exa. chegar perto dos sete, eu também vou acatar. Não posso deixar um ter mais. Por isso não há nenhum meu para ser votado, Deputada Celina Leão. Se houvesse, eu estaria pedindo para votar; e, além de votar, eu pediria ao Líder do meu bloco, a um Deputado amigo meu, mas não faço isso nem vou fazer até que os demais tenham projetos em mesma quantidade.

Convocaremos sessão extraordinária para votarmos em segundo turno os projetos de Parlamentares aprovados em primeiro turno e para votarmos os projetos do Poder Executivo em segundo turno. Antes, faremos a apreciação em primeiro turno dos dois projetos do Poder Executivo nesta sessão ordinária.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em primeiro turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.197, de 2012, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$136.786.979,00 (cento e trinta e seis milhões, setecentos e oitenta e seis mil, novecentos e setenta e nove reais)”.

O projeto teve a tramitação concluída.

Foi apresentada uma emenda de plenário. A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças deverá se manifestar sobre essa emenda.

A Presidência designa o Deputado Agaciel Maia para emitir parecer sobre a emenda.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a emenda.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2012	16h05min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	49

Orçamento e Finanças à Emenda de Plenário ao Projeto de Lei nº 1.197, de 2012, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$136.786.979,00 (cento e trinta e seis milhões, setecentos e oitenta e seis mil, novecentos e setenta e nove reais).

Sr. Presidente, estando o projeto devidamente instruído nos termos da Lei Orgânica do Distrito Federal, do Regimento Interno; tendo passado pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e sendo a emenda apresentada apenas de ajuste, opino favoravelmente à aprovação.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 1.197, de 2012, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em primeiro turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.203, de 2012, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais)”.

O projeto teve a tramitação concluída.

Em discussão o Projeto de Lei nº 1.203, de 2012, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

(Intervenções fora do microfone.)

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o que nós acertamos é que votaríamos hoje o Projeto de Lei nº 1.197, que acabamos de votar, e o Projeto de Lei nº 1.204, que...



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2012	16h05min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	50

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Ah, sim, o Projeto de Lei nº 1.180. Exatamente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – O Projeto de Lei nº 1.180, que é o de servidores? Não, o Projeto de Lei nº 1.197 é o de servidores e o Projeto de Lei nº 1.180 tem emenda de parlamentares.

Retificando, será o Projeto de Lei nº 1.180, que será lido agora.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Sem revisão da oradora.) – É exatamente isso. Foi esse o acordo.

(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência do Projeto de Lei nº 1.180, de 2012, do Poder Executivo, que “abre crédito especial à Lei Orçamentária anual do Distrito Federal no valor de R\$200.000,00 (duzentos mil reais)”.

O projeto teve a tramitação concluída. Foram apresentadas dez emendas de plenário. A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças deverá se manifestar sobre as emendas.

Solicito ao Relator, Deputado Wasny de Roure, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o parecer:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2012	16h05min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	51



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO WASNY DE ROURE

PARECER Nº /2012

DA COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS (CEOF), SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 1180/2012 QUE "ABRE CRÉDITO ESPECIAL À LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO DISTRITO FEDERAL NO VALOR DE R\$ 200.000,00 (DUZENTOS MIL REAIS).

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado Wasny de Roure

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei em epígrafe retorna a esta Comissão para análise das emendas de Plenário.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Nos termos do inciso II, 'b' do art. 64, do Regimento Interno da Câmara Legislativa, compete à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças (CEOF) analisar a admissibilidade quanto à adequação orçamentária e financeira das proposições apresentadas e emitir parecer acerca de créditos adicionais¹.

Dessa forma, somos pela **admissibilidade** e **aprovação** das emendas de Plenário ao Projeto de Lei nº. 1180/2012.

EMENDA	AUTOR	VALOR	SITUAÇÃO	JUSTIFICATIVA
1	ARLETE SAMPAIO	R\$ 4.830.000,00	APROVADA	A EMENDA NÃO POSSUI ILEGALIDADES/IMPROPRIEDADES TÉCNICAS E/OU LEGAIS.
2	ARLETE SAMPAIO	R\$ 150.000,00	APROVADA	A EMENDA NÃO POSSUI ILEGALIDADES/IMPROPRIEDADES TÉCNICAS E/OU LEGAIS.
3	WASNY DE ROURE	R\$ 50.000,00	APROVADA	A EMENDA NÃO POSSUI ILEGALIDADES/IMPROPRIEDADES TÉCNICAS E/OU LEGAIS.
4	LILIANE RORIZ	R\$ 20.000,00	APROVADA	A EMENDA NÃO POSSUI ILEGALIDADES/IMPROPRIEDADES TÉCNICAS E/OU LEGAIS.
5	LILIANE RORIZ	R\$ 100.000,00	APROVADA	A EMENDA NÃO POSSUI

¹ Art. 64. Compete à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças: [...] II – analisar a admissibilidade quanto à adequação orçamentária e financeira e emitir parecer sobre o mérito das seguintes matérias: [...] a) adequação ou repercussão orçamentária ou financeira das proposições; b) plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, crédito adicional, contas públicas, operações de crédito internas e externas a qualquer título a serem contraídas pelo Governo do Distrito Federal;



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2012	16h05min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	52



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO WASNY DE ROURE**

EMENDA	AUTOR	VALOR	SITUAÇÃO	JUSTIFICATIVA
				ILEGALIDADES/IMPROPRIEDADES TÉCNICAS E/OU LEGAIS.
6	CELINA LEÃO	R\$ 20.000,00	APROVADA	A EMENDA NÃO POSSUI ILEGALIDADES/IMPROPRIEDADES TÉCNICAS E/OU LEGAIS.
7	CELINA LEÃO	R\$ 65.000,00	APROVADA	A EMENDA NÃO POSSUI ILEGALIDADES/IMPROPRIEDADES TÉCNICAS E/OU LEGAIS.
8	CELINA LEÃO	R\$ 65.000,00	APROVADA	A EMENDA NÃO POSSUI ILEGALIDADES/IMPROPRIEDADES TÉCNICAS E/OU LEGAIS.
9	CELINA LEÃO	R\$ 50.000,00	APROVADA	A EMENDA NÃO POSSUI ILEGALIDADES/IMPROPRIEDADES TÉCNICAS E/OU LEGAIS.
10	WELLINGTON LUIZ	R\$ 65.000,00	APROVADA	A EMENDA NÃO POSSUI ILEGALIDADES/IMPROPRIEDADES TÉCNICAS E/OU LEGAIS.


Wasny de Roure
Relator



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 10 2012	16h05min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	53

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Em discussão, o Projeto de Lei nº 1.180, de 2012, em primeiro turno.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Esta Presidência convoca sessão extraordinária a realizar-se imediatamente após esta, para votarmos, em segundo turno, os projetos de autoria de Parlamentares e também os dois projetos do Poder Executivo.

Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h43min)

Ata lida e aprovada na 98ª Sessão Ordinária, de 30/10/2012.